

A teal-tinted photograph of a smiling woman and a young girl. The woman is on the left, and the girl is on the right, leaning her head against the woman. Both are smiling warmly. The background is dark and textured.

**Todos  
por  
um só  
Brasil.**



#PONTODEEQUILÍBRIO

# Todos por um só Brasil.

Documento da Fundação Ulysses Guimarães para  
contribuição ao debate e posicionamento partidário.

**DIRETOR-PRESIDENTE DA  
FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES**

Alceu Moreira

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

**DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE**

**Formação Política:**

Simone Tebet

**Diretor Vice-Presidente de**

**Relações Institucionais:**

Eliseu Lemos Padilha

**Diretor-Secretário:**

Wellington Coimbra

**Diretor-Tesoureiro:**

Hildo Augusto da Rocha Neto

**Diretores**

Elcione Therezinha Zahluth Barbalho

Dário Elias Berger

Hugo Wanderley Caju

**Diretores Suplentes**

Simone Marquette

Moses Haendel Melo Rodrigues

Dulce Ferreira Pagani Miranda

**CONSELHO EDITORIAL DE**

**PUBLICAÇÕES (CONEP)**

**Presidente**

José Alberto Fogaça de Medeiros

**Vice-presidente**

Raul Jean Louis Henry Júnior

**Secretária**

Elisiane da Silva

**Conselheiros**

Wellington Coimbra

Murilo Rodrigues Cavalcanti

Enio Salviano da Costa

Daniel Neves de Faria

Walter Vicioni Gonçalves

Gustavo Segabinazzi Saldanha

Isnaldo Bulhões Barros Junior

Carlos Alberto Chiodini

José Fernando Silva Santos

Confúcio Aires de Moura

Marcelo Costa e Castro

George Indarsane Lall

**Secretário Executivo**

João Henrique de Almeida Souza

**CONSELHO CURADOR**

**Presidente:**

Wellington Moreira Franco

**Conselheiros Titulares**

Nelson Tadeu Filipelli

Palminio Altimari Filho

Carlos Eduardo Fioravanti da Costa

Fátima Lúcia Pelaes

Regina Perondi

Walter Vicioni Gonçalves

Gleire Belchior de Aguiar Bezerra

Wolney de Siqueira

Genebaldo de Souza Correia

Murilo Rodrigues Cavalcanti

Vinícius Medeiros Farah

Romero Jucá Filho

Breno de Castro Alves Carone

Francisco de Assis Costa Filho

**Suplentes**

Nestor José Maria Neto

Herculano Castilho Passos Júnior

Evandro Mesquita

Gabriel Vieira de Souza

Lucas Henrique Salles Barreiro Nobre

**FICHA TÉCNICA**

**GERENTE DE GESTÃO NACIONAL**

Guto Scherer

**COMUNICAÇÃO SOCIAL FUG**

Thatiana Souza

Sâmia Collodetti

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**PRESIDENTE ALCEU MOREIRA**

Rodrigo Mallmann

**GRUPO DE TRABALHO**

**Conselho Editorial**

José Alberto Fogaça de Medeiros

Raul Jean Louis Henry Júnior

Elisiane da Silva

Wellington Coimbra

**REDATOR:**

**BRASILEIROS QUE PENSAM O  
BRASIL** (Capítulo 3)

Denis Lerrer Rosenfield

**GRUPO EXECUTIVO DE  
FORMULAÇÃO DE CONTEÚDO  
E COMUNICAÇÃO**

(Capítulos 1 e 2)

José Luis Monteiro Fuscaldo

Gustavo Grisa

Renata de Carvalho Rodrigues

Tadeu Viapiana

Cleber Benvegnú

Roberto Witter

Giuliano Thaddeu

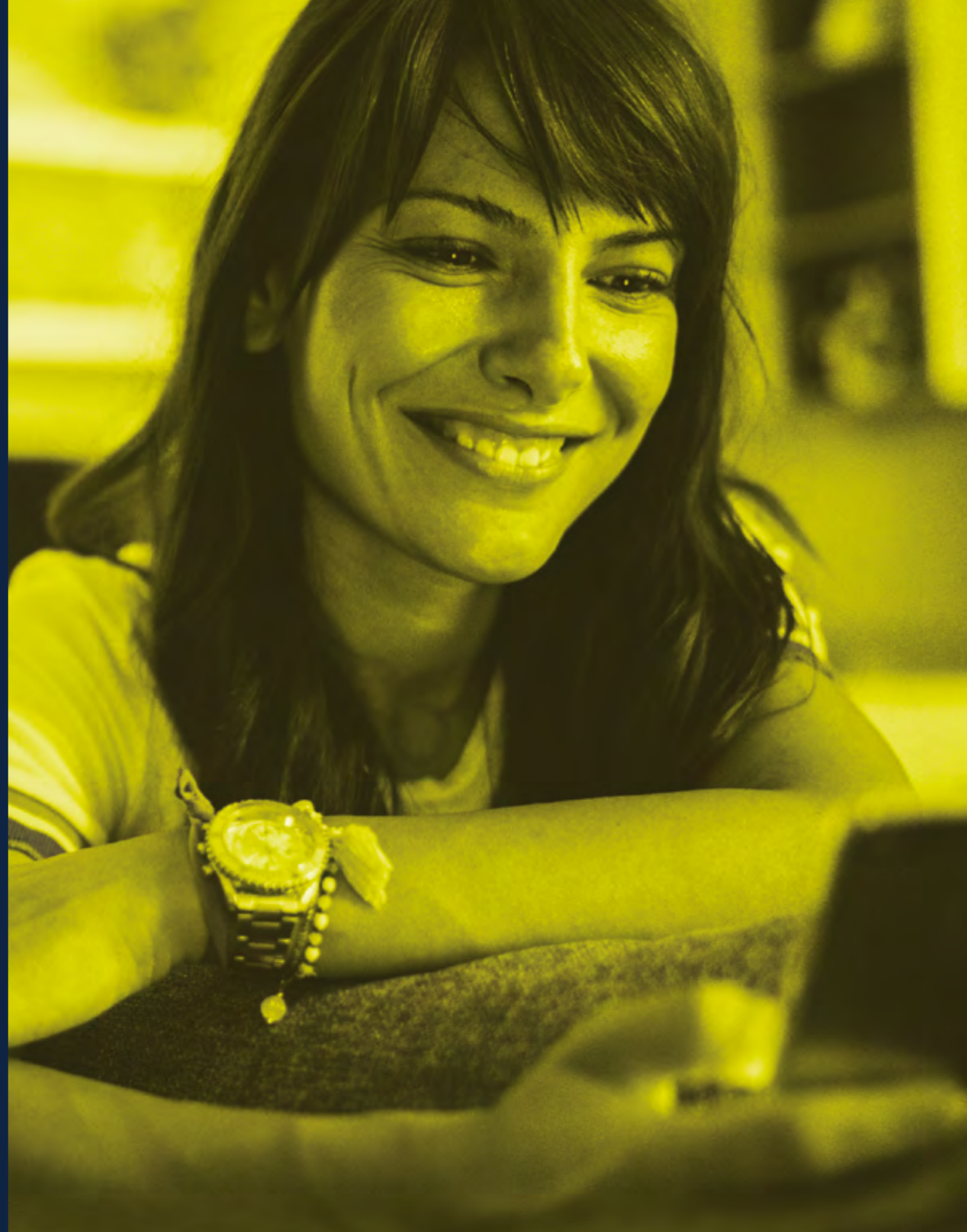
Ricardo Soletti

Marcelo Peresin

Eugênio Lumertz

# Sumário

Apresentação .....	8
<b>CAPÍTULO 1. Ponto de Equilíbrio: um novo centro político para o Brasil .....</b>	<b>10</b>
Parte 1: Reflexões e Proposições	
1. Uma nova forma de posicionamento político de centro.....	11
2. Os três princípios de posicionamento do Ponto de Equilíbrio: (1) democracia, (2) desenvolvimento para todos e (3) governo funcional	
a - Princípio 1: Democracia .....	21
b - Princípio 2: Desenvolvimento para todos .....	22
c - Princípio 3: Governo funcional .....	23
Parte 2: Mensagens	
Mensagens do Ponto de equilíbrio, de 1 a 10.....	37 a 41
<b>CAPÍTULO 2. Legados presidenciais do MDB como expressão do centro político e democracia .....</b>	<b>42</b>
Legados presidenciais: é assim que o MDB governa .....	43
Legado do Governo do Presidente Michel Temer .....	45
Legado do Governo do Presidente José Sarney .....	56
MDB sempre decisivo quando o Brasil precisou de apoio e união.....	63
<b>CAPÍTULO 3. Brasileiros que pensam o Brasil .....</b>	<b>64</b>
Grandes Linhas .....	69
Convergências .....	71
Desenvolvimento para todos .....	73
Desenvolvimento econômico .....	76
Desenvolvimento social .....	79
O trabalho e o desenvolvimento social .....	82
Prevenção e combate à violência .....	83
Pandemia e democracia .....	86
Intervenção estatal .....	91
Agricultura e pecuária .....	96
Nação e globalização.....	100
Nota final .....	103



# Apresentação

Documento da Fundação Ulysses Guimarães para contribuição ao debate e posicionamento partidário

A Fundação Ulysses Guimarães, no exercício de seu papel de representar e permanentemente reforçar a importância do processo democrático por parte dos governos e gestores públicos, perante a resolução dos desafios e tomada de decisões que impactam a sociedade, organizações e instituições públicas e privadas brasileiras, e por sua característica de pluralismo, traz para o debate partidário contribuições para a pauta de proposição de posicionamento de centro político, com as marcas da igualdade de oportunidades, responsabilidade social, inserção produtiva e econômica, transparência e abertura ao diálogo.

Seguindo esses princípios, procura-se evidenciar e demonstrar a seguir, sob a forma de dois capítulos complementares, a relevância da reflexão e de ter mensagens claras, objetivas e

consistentes sobre políticas de centro, questões e temas atuais de interesse coletivo, com pensamento e ideias contemporâneas, que se traduzam em soluções concretas para a vida das pessoas, considerando a democracia como principal norteadora. O primeiro capítulo aborda a conjuntura atual política e econômica, a fundamentação e caracterização dos princípios para posicionamento do novo centro político democrático, e respectivas linhas propositivas e mensagens.

Já o segundo capítulo traz a interpretação do legado histórico dos governos presidenciais do MDB para a atualidade, por meio do resgate de suas principais realizações, apontando os resultados e a sua influência e impacto positivo no desenvolvimento da sociedade atual e do Brasil.



**Todos  
por  
um só  
Brasil.**

# 1. Ponto de Equilíbrio: um novo centro político para o Brasil

Posicionamento político de centro e soluções para o Brasil: posição política propositiva e direta, centrada na estabilidade econômica, na inserção social e de emprego, no cuidado e no respeito com todos os brasileiros.

## Parte 1: Reflexões e Proposições

### 1. Uma nova forma de posicionamento político de centro

A proposta de um posicionamento político de centro para o Brasil passa pela estruturação de um discurso fluido e, ao mesmo tempo, substancial.

Uma mensagem que traga elementos contextuais racionais e emocionais para a mobilização e o engajamento da sociedade brasileira, incluindo formadores de opinião, lideranças políticas em todos os níveis, e, diretamente, o eleitor.

Neste momento, um exercício de concretização do posicionamento de centro é importante, assim como a sua relação com princípios históricos e de atuação do MDB e com elementos muito presentes na conjuntura e realidade do País, uma sociedade que espera respostas dos partidos e das lideranças políticas. Este documento é um convite ao aprofundamento deste debate e

contribui, principalmente, com a síntese de quatro pontos:

- A contextualização e conjuntura do posicionamento de centro.
- A caracterização de três princípios claros de um novo posicionamento de centro, como ponto de equilíbrio: democracia, desenvolvimento sustentado e inclusivo, e governo funcional.
- A identificação de linhas propositivas tipicamente identificadas com o centro político no mundo e no contexto brasileiro, de forma a contribuir com a estrutura programática e de propostas que será construída pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo MDB a partir de iniciativas como a série “O Brasil precisa pensar o Brasil”, e o foco em um programa detalhado do partido para o Brasil de 2022, agregando vários pensadores e competências nas diferentes áreas.
- Um conjunto de mensagens claras sobre o valor do novo centro político para o Brasil e para este momento, de modo a subsidiar o posicionamento político e público de lideranças do MDB.

## O contexto da crise da democracia liberal no mundo e a sua reafirmação

Na última década, houve um movimento global de crescente polarização. Esse cenário se desenvolveu em algumas das maiores democracias do mundo, como nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump em 2016, e em boa parte da Europa, a partir da ascensão de partidos com discursos populistas e nacionalistas. A França, que elegeu Emmanuel Macron, colocou Marine Le Pen no segundo turno em 2017; e a Alemanha viu o partido Alternativa tornar-se uma força política no parlamento. Na Itália, houve a ascensão de partidos e movimentos com posições de negação à política tradicional.

Aparentemente, as proposições e as atuações de lideranças mais identificadas com o espectro político de centro perderam temporariamente o seu apelo racional e emocional. Talvez tenham, há alguns anos, esgotado

a sua mensagem tradicional, dando mostras de necessidade de renovação já em meados da década de 2010.

O centro político no mundo tinha seu ritmo ditado por governos de centro-esquerda, centro e centro-direita nos Estados Unidos, e pela clássica alternância nas democracias parlamentaristas europeias entre governos de centro-direita e centro-esquerda, os quais, geralmente, representavam os principais partidos ou coalizões. Esta democracia liberal foi a responsável pelo período de grande crescimento econômico e melhoria de qualidade de vida na Europa e nos Estados Unidos entre o final da 2ª Guerra Mundial e os anos 1970, sua legitimidade cresceu adentrando as décadas de 1980 e 1990.

Principalmente nos últimos 15 anos, um até então inadmissível questionamento da democracia passou a aumentar, e tornar-se representativo. Globalmente, este comportamento está muito ligado à perda do dinamismo econômico, em que o padrão de crescimento europeu caiu da média de 5% no pós-guerra até

os anos 1970, para cerca de 1,5% ao ano, em média, nas últimas décadas. Ademais, essas mudanças na relação de trabalho e nas oportunidades de trabalho, a necessária retração relativa em investimentos sociais e gastos de previdência em razão do menor crescimento econômico geral criaram tensões em determinados grupos sociais.

O acirramento da competição, o envelhecimento da população e o aumento da imigração geraram um cenário mais desafiador, para o qual as ofertas tradicionais dos partidos políticos com discursos generalistas e ainda vinculados ao estado de bem-estar social passam, muitas vezes, a não funcionar. E, finalmente, com a redução dos custos de informação e as mudanças ocorridas na circulação e acesso à informação pelas redes sociais, com internet e telefonia móvel, a informação se tornou também múltipla.

Todos esses elementos, somados a profundas mudanças sociais ainda não compreendidas, nem individualmente, sequer no debate

público, fizeram com que a defesa da democracia e a atuação de partidos políticos posicionados especialmente no espectro de centro sofressem, por algum tempo, um relativo arrefecimento nas principais democracias da Europa e dos Estados Unidos.

## O fortalecimento da polarização no Brasil e a sensação de crise

No Brasil, a conjuntura de desgaste com a nossa democracia e com o estamento da política tem trazido, nos últimos anos, uma sensação de contínua “crise da política”, com várias consequências, sendo algumas delas a polarização e a ascensão do populismo.

Entre os fatores, a persistência da dificuldade em melhorar o padrão de vida de grande parte da população, apesar da relativamente tímida, porém constante, melhoria nos indicadores sociais históricos do País desde a redemocratização em 1985.

Ainda, há uma ampla agenda de necessidades básicas não

atendidas para boa parte da população, e espaço para a percepção de que “a vida não melhora”, de que existem privilegiados e de que há um descasamento entre as expectativas e a realidade do possível. Muitos dos eleitores e da sociedade têm dificuldade em entender que problemas são complexos, soluções têm custo e resultados levam tempo.

A sedução da mensagem populista ou antidemocrática é pela simplicidade: o líder populista simplifica os problemas e as soluções, colocando a resolução dos desafios como, principalmente, “vontade política”. O regime informal de “presidencialismo de coalizão”, em que é indispensável que o governo conte com maioria para aprovar seus projetos no Congresso Nacional, acaba por contribuir para uma base de apoio muito volátil e sem maior comprometimento programático, comprometendo, por vezes, a efetividade dos governos e a imagem da prática política, além da fragilidade dos partidos.

Neste sentido, o retorno de um maior apoio à “democracia liberal” brasileira, ou seja, um

governo posicionado no espectro de centro, depende também de evoluções institucionais que melhorem a relação, por vezes, disfuncional entre o Executivo e o Legislativo, e a governabilidade. Assim sendo, o sistema pode ser aprimorado e melhorado como afirmação da democracia, e não confrontado como questionamento do princípio democrático.

Os partidos políticos do espectro de centro têm um papel fundamental de fortalecimento e renovação de sua mensagem de democracia e desenvolvimento.

## **Terceira via global como tentativa de reforçar a proposta de centro nos anos 2000**

A “terceira via”, como definida pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, chegou a ser muito influente no mundo em meados dos anos 2000, tendo como expoentes Bill Clinton nos EUA, Tony Blair na Inglaterra, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, António Guterres e José Sócrates em Portugal. Foi

uma tentativa de modernização de posicionamento de centro democrático em nível global, como forma de revitalizar o nível de resposta das “democracias liberais”. De certo modo, esta tentativa persiste: Emmanuel Macron pode ser interpretado como uma releitura da “terceira via”, assim como, em boa parte, o governo praticado pelo Presidente Michel Temer, do MDB, no Brasil entre 2016 e 2018.

Esse recente sentimento de esvaziamento do apoio a posições mais ao centro e o fortalecimento de manifestações polarizadas vieram culminar, nas eleições brasileiras de 2018, com uma de suas maiores representações. O voto “contra o PT e Lula” foi revertido em uma votação multiplicada de um candidato polarizado de extrema-direita, Jair Bolsonaro.

## **O centro político e seus espectros**

A posição política de centro pode abranger termos e usos com diversas definições e interpretações no Brasil e no mundo. Embora pareça não

existir divisões ao se adotar o termo “centro” como referência, pode-se assumir uma posição mais radical ou moderada. Ou, ainda, flexibilizar uma composição mais à esquerda ou à direita, dependendo da circunstância e do grau de coalizão adotados.

- Centrismo ou centro moderado: define majoritariamente os partidos políticos brasileiros que se denominam “de centro”, como o MDB, e usado na ciência política ou teoria política. Um centrista moderado é contrário aos extremos e se baseia na sustentação do equilíbrio entre o capitalismo e a preocupação com os aspectos sociais. Procura a existência pacífica das relações na sociedade e a fusão de ideias de políticas públicas de esquerda e de direita. As posições mais centristas, como a centro-esquerda e a centro-direita, são as que formam a maioria dos governos democráticos do mundo. A moderação reconhece pluralidade, liberdade e igualdade como princípios importantes.

- Centrismo ou centro radical: mais próximo de uma ideologia



política, um centrista radical não se enxerga em uma posição política, de fato. São hostis à esquerda em questões econômicas e idealmente não desejam a ascensão da direita. Podem ser altamente ativistas e ideológicos sobre a defesa do status quo, podendo agir também como catalisadores de diálogo e pensamento novo entre pessoas e grupos polarizados. Na França, houve uma experiência importante nos anos 1970 com o Partido Radical, de corte reformista, liderado por figuras como Jean-Jacques Servan-Schreiber. Apesar de não se posicionar nem à esquerda (socialistas) e nem à direita (gaullistas), a marca do Partido Radical era uma posição assumida de “centro” e a proposta de várias reformas institucionais. Em geral, partidos “radicalmente centristas” na Europa, principalmente, surgem e se fortalecem por alguns períodos e são mais influentes no sentido programático do que nas votações, servindo como

oxigenação do sistema e dos grandes partidos tradicionais do espectro centrista (a composição europeia de partidos principais de centro-direita e centro-esquerda, a alternância clássica).

- Terceira via: é o termo cada vez mais utilizado para caracterizar uma terceira opção em contraponto a posições polarizadas tanto de esquerda quanto de direita. Espera-se que uma “terceira via” avance e implemente novas ideias e reformas em torno de uma política mais democrática e estável institucionalmente. Contrapõe ideologias populistas, na aspiração à hegemonia ou em discurso e práticas antidemocráticas. No Brasil, a “terceira via” vem representando neste momento político particular a materialização de diversas expectativas da sociedade que não se encontra nos polos da esquerda nem da direita. Dessa forma, uma “terceira via” forte é a que reúne e se transforma no elemento aglutinador de todas essas expectativas, com um viés mais disruptivo do que a simples coalizão, um viés de implementação de reformas.

## A racionalidade por posicionamento, e não por exclusão

O posicionamento político ao centro se destaca nos momentos em que a coalizão e união em torno de propósito de mudança e de reformas se sobrepõem às disputas políticas convencionais. Assim foi na liderança da Aliança Democrática, a partir da campanha das Diretas Já, no final de 1983, até a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, em 1985. Também se apresentou nas grandes reformas que se desenvolveram no Brasil, como os vários planos de estabilização, e, finalmente, o Plano Real instituído no ano de 1994 – que contou com apoio do MDB em todo o processo.

A união em torno de reformas para enfrentar crises costuma ser uma opção afirmativa da população – e não uma decisão tomada por exclusão, por rejeição ou pela inviabilização de outras opções. A capacidade de levar reformas adiante é uma marca e um legado do MDB e de seus governos no âmbito federal, estadual e no Congresso

Nacional. O MDB reafirma o seu caráter centrista e convergente por legado, posicionamento e protagonismo.

A busca de um ponto de equilíbrio para o Brasil permite um avanço no debate nacional a partir de uma plataforma concreta que mobiliza o protagonismo do MDB na construção de uma solução de agregação e união para as eleições de 2022.

## O ressurgimento do posicionamento de centro na solução das crises globais e nacionais

O movimento que segue a partir de 2019 e 2020 na conjuntura política global é a reconstrução de propostas e posicionamento político que possam ser interpretados “de centro”, ou um novo centro como reação ao crescimento da polarização e do sentimento antidemocrático. Isso ocorre, também, como resultado de uma crise de legitimidade e de esgotamento de governos polarizados e radicais por razões objetivas, principalmente pela constatação, pela maioria da

população, da inexistência das “soluções fáceis” propagadas pelos populistas, a não concretização da entrega de resultados: ausência de políticas públicas consistentes, de rumos e estratégias com posicionamento plural e de abertura ao diálogo, baixo crescimento econômico, isolamento na integração e relações internacionais são alguns dos sintomas deste descompasso.

Os resultados eleitorais em diferentes democracias do mundo começam a novamente ser observados nessa direção, apesar de indicarem também a necessidade de reforço das coalizões e dos partidos com posições de centro ou mais próximas ao centro para consolidar um contraponto democrático à ameaça populista-polarizada, que ainda se apresenta, à direita e à esquerda. São exemplos mais recentes neste sentido o resultado eleitoral do primeiro-ministro Pedro Sánchez na Espanha, em 2019, a vitória do presidente Joe Biden nos Estados Unidos, em 2020, e a reeleição

do presidente português Marcelo Rebelo de Sousa, em 2021.

## **O reposicionamento do centro político: da necessária autocrítica à afirmação da democracia**

Com a ascensão temporária de posições polarizadas, e que até mesmo colocam em xeque a eficiência da democracia no âmbito global, partidos políticos situados no espectro de centro passam a revisitar e estudar um novo posicionamento. A proposta é responder mais diretamente às mudanças de percepção e necessidades da população, tentando reverter o distanciamento constatado nos anos recentes. Trata-se de um momento de reconstrução de ideias como convergência, coalizão, união, inserção, respeito e cuidado – ainda em meio a um contexto de graves consequências políticas, sociais e econômicas relacionadas à pandemia da Covid-19.

No Brasil, a polarização política fortaleceu-se em um

primeiro momento a partir do efeito massivo das redes sociais, de um sentimento geral de “crise” e de opção por exclusão e rejeição. No entanto, mostra fragilidades no momento em que o sentimento de divisão social se esgota em meio a mais de 570 mil mortes causadas pela pandemia (1 para cada 370 brasileiros), desemprego recorde e ameaça de repique de inflação. Esse processo de esgotamento da polarização pode desencadear no crescimento do espaço político de forças identificadas com o centro político, ou não. Tudo depende do trabalho e da competência em definir e comunicar este novo centro à altura dos desafios do momento. Que traga consigo as respostas que a grande maioria da sociedade civil, formadores de opinião e eleitores brasileiros esperam. É nesse sentido que o MDB desenvolve o seu posicionamento de centro político, a partir de uma base sólida e ordenada para a manifestação da Fundação Ulysses Guimarães, da direção e coordenação partidária, da bancada no Congresso Nacional, governadores, prefeitos e vereadores do partido em todo

o Brasil. A agenda de afirmação da democracia leva sempre ao fortalecimento de posição e de forças mais centristas na política, pela necessidade de agregação, de formação de um eixo central.

No contexto das eleições de 2022, isso está fortemente ligado à plataforma e à capacidade de transmitir respostas aos desafios brasileiros. Por essa razão, a (re) afirmação da democracia é um dos princípios fundamentais de posicionamento do Ponto de Equilíbrio. O desafio da linguagem e da personificação para o centro político. O contexto atual e futuro deixa claro que, para a sustentação de um posicionamento de centro político no Brasil, é preciso recuperar sua significação. Isso passa pelo desafio de encontrar uma nova linguagem e portá-vozes que a verbalizem e canais de comunicação.

Embora haja uma grande oportunidade diante da polarização vigente, esse espaço só será ocupado se houver, antes, a construção de tal significação. Isso passa por um conjunto de ideias consistentes, que este documento procura sintetizar, mas também pela construção

de uma narrativa política palatável, aderente e popular.

A expressão “centro” derivou, ao longo dos anos, para uma associação negativa no âmbito político. Mais do que analisar as causas, convém reconhecer esse problema – e procurar superá-lo.

Não se trata de refutar nem negar o uso do termo, o que pode derivar para uma fuga oportunista; vale, isto sim, refletir sobre seu uso ao lado de outras qualificações possíveis e até mesmo mais definidoras de sua significação.

Diversas palavras da língua portuguesa ajudam a compreender como há lastro criativo para apoiar esse desafio: diálogo, razoabilidade, moderação, equilíbrio, conciliação, construção, tolerância, diversidade, inclusão, convergência, nação, pertencimento, colaboração, cooperação.

A forma (o meio) – diálogo, moderação, razoabilidade, conciliação, construção – é um atributo de extrema relevância. Entretanto, ela não pode ser um “vazio insignificante”. Precisa ter um propósito (fim), que se materializará em bandeiras

claras, ou seja, no “para quê?”.

Para além da questão da linguagem, já explicada, é preciso evoluir em sua representação pessoal.

Trata-se de uma densa estratégia de formação de militância que seja, ela mesma, personificação e porta-voz dessa filosofia política. A criação dessa cultura só será possível, tal qual todo e qualquer processo psicopedagógico, com ênfase e circulação de ideias, uma missão e desafio para a Fundação Ulysses Guimarães.

Além da formação da base, o processo precisa ser acelerado por representações que já possuam potência de voz e imagem, isto é, os principais líderes políticos do MDB. Só haverá percepção de tal posicionamento se as figuras partidárias de proa a incorporarem em seus lugares de fala. Uma possível candidatura do próprio MDB para a presidência da República projetaria uma considerável aceleração de toda essa construção.

Ideias só passam a existir, no mundo dos fatos, quando há quem as defenda e as execute.

da aplicação desses princípios nas temáticas de atuação do governo, de forma integrada e com abertura a contribuições e evolução.

Os três princípios são uma contribuição da Fundação Ulysses Guimarães para debate de identificação de um caminho transversal de atuação do MDB, a partir de uma revisitação dos conteúdos programáticos históricos do Partido e do legado dos seus governos.

## 2. Os três princípios de posicionamento do Ponto de Equilíbrio: (1) democracia, (2) desenvolvimento para todos e (3) governo funcional

Um novo centro político para o Brasil é uma proposta e posicionamento orientados a partir de três forças principais de atuação:

(1) A afirmação democrática e o fortalecimento das instituições.

(2) As políticas públicas e a promoção de desenvolvimento sustentado e inclusivo, gerando maior igualdade de oportunidades.

(3) A ação de um governo funcional, austero e propositivo.

O posicionamento traz, principalmente, a forma e a concepção da atuação pública e de governo, articulação política e promoção das ações de governo nas várias áreas. A liderança política centrista deriva, especialmente,

### Princípio 1: Democracia

#### Afirmação democrática e fortalecimento das Instituições

O breve convívio dos brasileiros nos últimos anos com um ambiente político polarizado ajudou a lembrar a importância de cultivar e praticar ações de cunho democrático ao Estado Democrático de Direito, às liberdades individuais e à harmonia entre os Poderes.

É preciso vigilância permanente no sentido de manter os princípios democráticos e constitucionais como orientador de ações de governo e de posicionamento

político, não transigindo com arroubos autoritários. As ações devem ser plurais, privilegiar a igualdade de direitos e o acesso a serviços e políticas públicas para todos os brasileiros. A história recente mostra que esses princípios universais, que estão no DNA da formação e atuação do MDB, precisam ser reafirmados para a evolução de um ambiente de ampla democracia, opinião e que permita e acolha a convergência e coalizão de ideias e entendimento sobre as prioridades nacionais.

A governança do Brasil no rumo a um ambiente político de respeito às diferenças e às instituições do País, de uma maneira não personalista, passa também por um necessário e aprofundado debate sobre o sistema de governo de modo a permitir um relacionamento mais harmônico entre os Poderes (Executivo, Judiciário, Legislativo) e entre os entes federativos (Estados, Distrito Federal, municípios), procurando melhorar a funcionalidade e resposta à sociedade dos governos, com

fortalecimento institucional e estrito respeito à Constituição.

## **Princípio 2: Desenvolvimento para todos**

### **Políticas públicas e a promoção de desenvolvimento sustentado e inclusivo, gerando maior igualdade de oportunidades**

O compromisso com um processo de desenvolvimento econômico e social que permita aos brasileiros uma melhoria de qualidade de vida somente é possível se houver condições fiscais e de gestão para promover o investimento público e catalisar o investimento privado e o crescimento das empresas e da cultura empresarial no País.

Não apenas a construção de um ambiente de credibilidade, mas também o foco em um processo contínuo de melhoria de condições para empresas e empreendedores, com reformas para que os sistemas tributário, previdenciário, trabalhista e de apoio à produção evoluam de

forma mais equilibrada e justa.

Da mesma maneira, um amplo processo de concessões e parcerias público-privadas em ações de interesse público que gere oportunidade de negócios e investimentos em áreas importantes, sem demandar o erário público, em que o Estado brasileiro é cada vez mais regulador e formulador de políticas, mas também indutor e catalisador do investimento privado. A igualdade de oportunidades, a inclusão e a equidade são assumidas como uma função de promoção do Estado, com formas mais modernas de execução, para que cada vez mais brasileiros recebam qualidade e acesso aos serviços e políticas públicas e oportunidades de prosperar e melhorar as suas vidas.

Essa atenção se dá especialmente aos mais jovens, com uma política integrada que leva a um aumento de oportunidade e acesso a programas sociais estruturantes e à educação.

A economia de um país que se recupera precisa ser uma economia que inclui volta a gerar

oportunidades a todos, com um ciclo de crescimento econômico consistente, avanço nas reformas do Estado e daquelas que afetam a competitividade da economia, e superação da pandemia.

## **Princípio 3: Governo funcional**

### **Governo funcional, austero, eficiente e propositivo**

Um governo que funciona, se move a partir de prioridades técnicas e de entendimento das prioridades dos brasileiros, e se preocupa em oferecer acesso e oportunidades em todas as circunstâncias.

O princípio se evidencia na ação coerente de eficiência e austeridade administrativa e fiscal, com a continuidade do respeito ao teto de gastos. Além disso, na busca do equilíbrio no resultado fiscal e na promoção de reformas e modernizações na estrutura e funcionalidade do Governo Federal e de Estado como resposta aos desafios das

últimas décadas e às mudanças de comportamento e demografia da sociedade. Tudo isso impõe soluções e adaptação por parte da estrutura de governo.

Nas várias áreas de atuação – seja na econômica ou na social, passando pela infraestrutura, defesa e relações exteriores –, o governo deve funcionar a partir de metas e métricas. São programas e resultados pactuados, tendo em vista uma visão macro e abrangente de país, expressa em gestões com conhecimento técnico e comprometimento com resultados.

As respostas nos grandes serviços e políticas públicas, como saúde, educação e área social, se baseiam no respeito pelo cidadão brasileiro em primeiro lugar. Ainda, na melhoria da qualidade do gasto, no maior foco em ações de fundo estruturante e portadoras de futuro, e na capacidade de promover equidade: levar o governo com maior eficiência até aqueles que dele mais precisam.

Posicionamento de centro e soluções para o Brasil – por áreas

O que o posicionamento de

centro pode trazer em termos de soluções diferentes para o Brasil?

Uma vez trabalhados os princípios de um posicionamento de centro para o País, as bases para uma plataforma de propostas para o Brasil, é preciso responder ao desafio do tipo de soluções que um posicionamento de centro pode trazer ao País.

Como princípios gerais, o posicionamento de centro gera soluções pactuadas na inserção social, coesão social, justiça alocativa, gestão de escassez e oportunidades.

A seguir, apresenta-se um quadro com o posicionamento geral do centro político em relação a temas pertinentes – globalmente e no âmbito do Brasil.

Este resumo temático evidencia que o Ponto de Equilíbrio representa propostas claras e bem definidas para enfrentar os desafios de curto e médio prazo do País. E a plataforma de centro é um ponto de partida consistente para o programa e propostas do MDB, que se desenvolverão nos passos seguintes desta construção.

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Educação</b>	Educação é um tema central com impacto positivo na mobilidade social, oportunidades e resultados sobre a produtividade. Fortalecimento de estratégias conjuntas em favor da educação pós-pandemia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora dos índices educacionais.</li> <li>• Estratégias de formação continuada dos profissionais da educação.</li> <li>• Reversão das perdas de aula em função da Covid-19.</li> <li>• Foco no desenvolvimento cognitivo de crianças com até 5 anos.</li> <li>• Ampliação da educação integral.</li> <li>• Evolução para o sistema integrado de educação, como na saúde.</li> <li>• Redução do índice de abandono escolar.</li> <li>• Base nacional democrática, coordenada e adaptada às realidades regionais.</li> </ul>

<b>Tema</b>	<b>Pautas Globais</b>	<b>Posição de Centro Brasil</b>
<b>Saúde</b>	Universalização da saúde e cobertura de custos com saúde; capacidade de mobilização e respostas a pandemias e endemias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação epidemiológica geral.</li> <li>• Aperfeiçoamento do SUS.</li> <li>• Sustentabilidade do sistema.</li> <li>• Assistência a mães e primeira infância.</li> <li>• Justiça alocativa.</li> <li>• Mudanças demográficas.</li> </ul>
<b>Estabilidade econômica</b>	Crescimento econômico contínuo (ainda que moderado), geração sustentada de empregos, manutenção do poder de compra da população, controle da inflação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle da inflação.</li> <li>• Ambiente de confiança ao País.</li> <li>• Crescimento econômico sustentado.</li> <li>• Expansão de crédito e redução de juros.</li> <li>• Segurança jurídica para viabilizar investimentos de origem externa e interna.</li> </ul>

<b>Tema</b>	<b>Pautas Globais</b>	<b>Posição de Centro Brasil</b>
<b>Desenvolvimento e produtividade</b>	Melhoria contínua do padrão e qualidade de vida da população, aumento da produtividade, programas para regiões economicamente deprimidas, políticas para o mundo pós-industrial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústria 4.0 inserida a estratégias regionais e setoriais.</li> <li>• Desenvolvimento sustentável do turismo, com maior visão empresarial e integrada.</li> <li>• Programa de prospecção de investimentos internacional e nacional.</li> <li>• Inovação e agregação tecnológica.</li> <li>• Crédito em condições razoáveis para a produção em todos os níveis, especialmente pequenas empresas.</li> <li>• Abertura econômica para o comércio internacional.</li> <li>• Inserção nas principais cadeias produtivas globais.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Infraestrutura, habitação e desenvolvimento urbano</b>	Modelos de financiamento aprimorados; parcerias público-privadas e concessões já desde a concepção; disponibilidade de habitação acessível; sustentabilidade nas cidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa nacional de habitação adaptado à realidade das regiões.</li> <li>• Incentivo à habitação nas regiões centrais das grandes cidades.</li> <li>• Políticas voltadas à inserção de cooperativas habitacionais de interesse social.</li> <li>• Avanço no planejamento, gestão e sustentabilidade nas cidades.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Gestão pública</b>	Compromisso com resultado primário positivo e equilíbrio orçamentário; aumento da capacidade de investimento; novas formas de contratação e carreira pública; parcerias público-privadas para novas soluções e serviços.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Respeito ao teto de gastos.</li> <li>• Modernização da gestão de recursos humanos, com reforma administrativa mais completa.</li> <li>• Redução da proporção de folha e previdência do total do gasto primário –patamar atual de cerca de 80% inviabiliza investimentos.</li> <li>• Repactuação geral dos endividamentos, com programa de redução de endividamento.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Inclusão e desenvolvimento social</b>	Foco em primeira infância; crédito e capacitação para empreendedorismo em pequena escala/prestação de serviços; "vouchers" e políticas compensatórias com maior gestão e acompanhamento; inclusão e diversidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo sistema de programas sociais federais, integrado a Estados e municípios, buscando maior efetividade – chegar a quem mais precisa e monitorar melhor o processo.</li> <li>• Políticas afirmativas de gênero, políticas de inclusão social e direitos das mulheres.</li> <li>• Programas de nutrição e qualidade de alimentação, especialmente à população em maior risco social.</li> <li>• Política de atenção aos povos indígenas e quilombolas.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Meio ambiente e energia</b>	Estímulo à energia renovável; cumprimento de acordos internacionais relativos à preservação e aquecimento global.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção do agronegócio e atividades brasileiras a partir de uma maior integração – "selo verde".</li> <li>• Compromissos e acordos, com programa integrado para Amazônia, Pantanal e principais biomas.</li> <li>• Gestão da crise hídrica e preservação da água.</li> <li>• Transição energética.</li> <li>• Políticas ambientais sustentáveis.</li> <li>• Participação propositiva na COP-26.</li> </ul>



Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Relações internacionais</b>	Multilateralidade nas relações; cumprimento de acordos internacionais e participação ativa em organizações multilaterais; liderança em blocos, valorização da diplomacia profissional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações equilibradas com principais parceiros, no âmbito do Mercosul e participação ativa em entidades multilaterais.</li> <li>• Engajamento em foros de sustentabilidade e futuro global.</li> </ul>
<b>Trabalho e inserção produtiva</b>	Criação de empregos para jovens e minorias; combate ao desemprego em todos os níveis; modernização legislativa para manutenção de empregos e adaptação às mudanças sociais e econômicas; manutenção do poder de compra do trabalhador.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da mobilidade social, com mais oportunidades para empreendedorismo e desenvolvimento profissional.</li> <li>• Aproveitamento do bônus demográfico –difusão da produtividade em empreendedorismo e trabalho.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Ciência, tecnologia e inovação</b>	Evolução na capacidade de capitalização da inovação do País; estímulo a startups e ao sistema de investimento em inovação; investimento seletivo em inovação de ponta em setores com potencial de diferencial competitivo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas para grandes e pequenas empresas de tecnologia que desenvolvem serviços inovadores e disruptivos.</li> <li>• Tecnologia e inovação para melhoria da qualidade dos serviços públicos.</li> <li>• Políticas para centros e parques tecnológicos e de negócios combinados estabelecidas em torno de reconhecidas instituições de ensino e pesquisa.</li> <li>• Intercâmbios e arranjos institucionais para difusão e soluções tecnológicas, de pesquisa e inovação.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Agronegócio</b>	Ênfase em produtividade, certificação, manutenção da agricultura tradicional em regiões de produção; disponibilidade de proteínas acessíveis à população; agronegócio sustentável; negociações tarifárias e não tarifárias em bloco.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visão integrada de produção.</li> <li>• Valorização da educação rural (escolas agrícolas).</li> <li>• Fortalecimento do cooperativismo (para acelerar inclusão produtiva e inovação tecnológica em todos os níveis do agronegócio).</li> <li>• Qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.</li> <li>• Atenção à sucessão familiar e gestão no ambiente rural.</li> <li>• “Brasil Verde” como expressão da bioeconomia.</li> <li>• Ênfase nas cadeias produtivas mais representativas e competitivas.</li> <li>• Brasil com perspectiva de alimentar 1 bilhão de pessoas mundialmente, trabalhando por essa meta.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
<b>Cultura</b>	Cultura contemporânea e digital sem fronteiras com a cultura popular e artesanal; estímulo à capacidade criativa e de inovação comunitária e individual; oferta cultural acessível e acesso a experimentações culturais; conhecimento e preservação da história e do patrimônio cultural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo do MDB criou o Ministério da Cultura e tem área como prioridade.</li> <li>• Cultura integrada e articulada com as demais esferas de governo.</li> <li>• Difusão e resgate da cultura brasileira em todos os aspectos –como patrimônio, artes.</li> <li>• Gestão de recursos para valorização das instituições culturais (museus, bibliotecas, centros culturais, etc).</li> <li>• Estímulo a produções culturais de diferentes portes e segmentos.</li> <li>• Identidades culturais e questões étnicas e raciais nas escolas.</li> </ul>

Tema	Pautas Globais	Posição de Centro Brasil
	<p>Agenda avançada e estratégica de segurança (pública) e defesa (externa) para fortalecimento institucional e das políticas públicas e, também, atendimento aos desafios atuais como mudanças climáticas, cibersegurança e política de drogas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção e redução de homicídios.</li> <li>• Tecnologias para policiamento mais inteligente e integrado.</li> <li>• Regulação de armas de fogo e munição.</li> <li>• Políticas para segurança ambiental.</li> <li>• Fortalecimento da cooperação regional e estadual.</li> <li>• Segurança no ambiente digital.</li> <li>• Políticas de acesso à justiça e pacificação social.</li> <li>• Reforma e modernização do Código de Execução Penal.</li> </ul>

## Parte 2: Mensagens

A partir da prospecção e da visão de perspectiva sobre as contribuições práticas que o centro político pode trazer ao Brasil, foram desenvolvidas mensagens que possam ser levadas adiante por lideranças, mandatários e militantes do MDB na difusão da viabilização política de uma solução de maior equilíbrio para o País. São sugestões de posicionamento para o debate político, as quais devem ser aprofundadas pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo MDB nos passos seguintes de construção de suas propostas para o Brasil.

### 1) O centro político – o ponto de equilíbrio, a “Terceira Via” – traz soluções claras e concretas para o Brasil.

Uma plataforma de “centro”, construída sobre o equilíbrio, não é um discurso vago de “união” ou de “convergência”. Traz, isto sim, um caminho para resolver gargalos do País e criar novas oportunidades. É o direcionamento político que pacifica e permite que se avance nas diferentes áreas, sem a turbulência da polarização e do viés ideológico de quem quer provar que tem razão, e não melhorar o Brasil.



## **2) Não há condição de se atingir estabilidade e prosperidade econômica sem uma mínima pacificação política.**

A recuperação econômica somente virá com um clima político mais pacífico, com maior respeito às instituições e relações internacionais equilibradas. Com polarização, o crescimento econômico é heterogêneo e efêmero, fugaz; apenas uma constante mensagem de equilíbrio e rumo definido permitem um clima adequado para voltar a prosperar, combater a pobreza e a gerar novamente empregos e oportunidades em maior escala.

## **3) O fortalecimento do centro político permitirá um ambiente eleitoral mais propositivo já nas eleições de 2022.**

O posicionamento político e plataforma de uma “terceira via”

mais centrada nas eleições de 2022 possibilitarão debater problemas e questões reais do Brasil, como o emprego e a economia. Envolto no clima de polarização, esses pontos ficaram de fora das discussões das eleições de 2018. A modernização do País e a volta de novas ideias, vinculadas ao mundo e às nossas prioridades, se dão por uma opção política pela democracia, pelo desenvolvimento com equilíbrio e por um governo que funciona.

## **4) Os efeitos da pandemia na saúde, economia, educação e área social exigem responsabilidade e articulação no governo.**

A pandemia da Covid-19, além da tragédia humanitária com a morte de mais de 570 mil brasileiros, causa outros desafios para o País nos próximos anos: a perda de produtividade e de qualidade da educação pela interrupção e descontinuidade de aulas na educação; o impacto da perda de vidas; as claras evoluções na articulação do sistema de saúde

e prevenção que ficaram visíveis; as perdas significativas por interrupção de atividades em muitos segmentos da economia. Esses desafios exigem um governo que aja com articulação e responsabilidade na reversão dos processos – que saiba o que e como fazer, e tenha consciência da urgência. Essa articulação e responsabilidade são marcas do posicionamento de centro.

## **5) A modernização do setor público e o equilíbrio fiscal se atingem não com populismo ou enfrentamento, mas com consenso e convergência.**

A modernização institucional e o equilíbrio fiscal são situações que envolvem articulação, entendimento, construção de consenso e caminhos. Isso não se constrói no simples enfrentamento, ou voluntarismo, e não evolui em óticas polarizadas, que são meramente corporativistas por um lado, ou que colocam o servidor público como inimigo, por outro lado.

## **6) A plataforma para 2022 contempla a melhoria do padrão e qualidade de vida dos brasileiros nas faixas da classe trabalhadora e classe média e redução da pobreza.**

A prosperidade e a melhoria da qualidade de vida da população também são direitos que um governo de equilíbrio deve buscar. Com mais competitividade e produtividade, mais oportunidades surgem para a classe média e os trabalhadores. Melhorar o sistema distributivo e a inserção produtiva reduz a pobreza e cria mais oportunidades de trabalhar e manter boa condição de vida. Controlar a inflação, manter o poder de compra, ter esperança e realidade em um futuro melhor são missões de governo. E um governo de equilíbrio proporciona esses caminhos com maior clareza e compromisso.

## **7) A gestão do nosso presente e do nosso futuro exige equilíbrio e diálogo.**

O profundo diálogo interno, com um país que precisa ser convergente para avançar, e externo, com um mundo em mudança acelerada, exige o equilíbrio, a capacidade de diálogo e o entendimento das diferenças e de construir soluções.

E isso é o que um governo de centro pode proporcionar melhor do que qualquer outro campo político. Não há verdades absolutas: há consensos e avanços. Uma visão mais ampla de Brasil e um espaço para o arejamento de ideias, soluções e uma nova agenda caminham por um ambiente geral de maior entendimento que permite que as ações de governo e prioridades fluam.

O Brasil com mais oportunidade e qualidade de vida para os jovens passa por esse caminho. Também, por opções que são feitas pelo posicionamento de Ponto de Equilíbrio: educação, empreendedorismo, inserção.

## **8) Apenas ao se aproximar mais das pessoas e da realidade é que se obtém a força para fazer frente ao apelo oportunista do populismo.**

A proximidade e o entendimento da realidade dos brasileiros, a explicação sobre o momento que estamos vivendo, a necessidade de pacificação, de construção conjunta na comunicação e nos discursos permitirão colocar na agenda do dia e reduzir o impacto de apelos de outros campos políticos, motivados por conflito ou populismo e promessas vagas. Essa ocupação de espaço apenas é possível a partir do entendimento da realidade, da diversidade do Brasil e dos diferentes grupos de pessoas que precisam conhecer a mensagem política do Ponto de Equilíbrio.

## **9) Somente uma política de equilíbrio traz condição de influenciar a solução de questões regionais importantes.**

Em um ambiente político mais harmônico e equilibrado, com coalizões formadas, diálogo entre os poderes, é possível avançar em questões importantes para regiões brasileiras. É o caso das questões específicas e do foco em oportunidades e futuro da Amazônia e do Nordeste, das pactuações federativas e especificidades ao Sul, do potencial do Centro-Oeste com equilíbrio e dos desafios e visão de futuro a partir dos centros de referência no Sudeste.

## **10) Governos e política com espaço para todos são aqueles que respeitam diferenças, especificidades, e as atendem através de políticas e ações.**

O momento de reconstrução do Brasil pelo qual estaremos passando em 2022 traz um país em constante mudança. Gera a caracterização de diferentes grupos de pessoas, aspirações e sonhos. Nenhum brasileiro pode ficar para trás: a política de um governo de centro não tem “escolhidos”. O MDB tem presença nacional e uma composição diversa que permitem melhor entender a realidade do País sob várias prioridades. Olhar para todos é também saber olhar mais de perto para cada grupo social que se expressa no Brasil e suas prioridades.

## 2. Legados presidenciais do MDB como expressão do centro político e democracia

### Legados presidenciais

#### É assim que o MDB governa

Este capítulo resgata uma parte recente da história do Brasil por meio dos legados de governo dos presidentes Michel Temer e José Sarney, que lideraram o País em períodos e contextos bastante diferentes, mas com algumas semelhanças quanto ao ambiente político e à conjuntura econômica instáveis, desafiadores e turbulentos.

Porém, mais do que trazer o resgate histórico das principais linhas de ação de governo que evidenciam a forma de superar e administrar conflitos e crises, levar adiante agendas de reformas e projetos estruturantes e pioneirismo e continuidade em programas sociais, o documento também registra o quanto que o exercício da Presidência da República, como foi exercida por Michel Temer e José Sarney, apesar de todos os seus problemas e desafios, podem seguir caminhos

que deixem realizações e materialidade para a população brasileira, a partir de uma base de apoio partidário sólida, da formação de uma equipe técnica qualificada, da busca de consenso, articulação e coordenação política, agendas totalmente identificadas com o centro político democrático.

A importância da marca do MDB nos governos Temer e Sarney é manifestada na conciliação política e estabilidade institucional, no Presidente não se abster à responsabilidade de agir como ponto de equilíbrio, o maior guardião da democracia e da Constituição, ao criar condições para que fossem levadas adiante decisões em questões complexas na economia, na saúde, na educação, entre outros temas de grande relevância para o País.

Tanto o Presidente Michel Temer quanto o Presidente José Sarney avançaram em pontos fundamentais para o desenvolvimento do Brasil em seus respectivos governos, sem deixar em momento algum de respeitar a identidade plural e regional do País. Dentro das particularidades de cada épo-

ca e circunstância, trabalharam para fortalecer as instituições democráticas e as pautas sociais, ambientais e de política externa, amparadas pelo conhecimento técnico.

Na trajetória de seus governos, identificam-se pontos muito convergentes com os princípios propostos para o Ponto de Equilíbrio e novo posicionamento de centro: (1) democracia, (2) desenvolvimento para todos e (3) governo funcional.

Esta síntese analisa o legado e os avanços dos governos Temer e Sarney como parte da cultura de governo e de liderança política do MDB e apresenta outros momentos em que o protagonismo, a participação e a contribuição do MDB foram fundamentais para o Brasil, com responsabilidade, equilíbrio, percepção e visão ampla, como no caso da Constituinte de 1988 e na aprovação do Plano Real.



## GOVERNO DO PRESIDENTE MICHEL TEMER

(12/05/2016 a 01/01/2019)

### Perfil – Destaques

<b>Presidência da República</b>	964 dias de governo como Presidente da República, sendo 111 dias durante o afastamento de Dilma Rousseff e empossado em 31 de agosto de 2016 após a conclusão do impeachment.
<b>Principal formação acadêmica</b>	Professor de Direito Constitucional, doutor em Direito Público pela PUC-SP, formação em Direito pela USP (Faculdade do Largo de São Francisco).
<b>Atuação pública</b>	Atuou no Legislativo como Deputado Federal constituinte e depois em sucessivos mandatos entre 1994 e 2011. Foi Presidente da Câmara dos Deputados por dois períodos (1997 a 2001 e 2009 a 2010). No Poder Executivo, foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Vice-Presidente da República entre 2011 e 2016.
<b>Filiação MDB</b>	Filiado desde 1981.

Durante os quase 1.000 dias de gestão do Presidente Michel Temer, o estilo de governo foi marcado por uma linha de atuação equilibrada e discreta, e por ações que concretizaram avanços na agenda de reformas estruturais, como a Reforma Trabalhista e a Reforma do Ensino Médio. Também conduziu a recuperação da economia e a prática de responsabilidade fiscal como uma mudança de direção, tendo como resultados principais o controle e a redução da inflação e a implementação do Teto de Gastos, que conteve o déficit público, o qual já estava se tornando estrutural naquele momento, assim como o descontrole das contas públicas. A segurança pública evoluiu institucionalmente, com a criação do Ministério da Segurança Pública e o SUSPE- Sistema Único de Segurança Pública, coordenando as ações com todos os entes federativos.

**O legado do governo do Presidente Temer pode ser sintetizado em 5 (cinco) grandes áreas:**

## **1) Reconstrução da credibilidade interna e externa; visão de convergência e governabilidade**

Um dos principais legados do governo Temer foi a capacidade de construir governabilidade, levar adiante reformas e proporcionar o retorno de um clima mais estável e de prosperidade, revertendo as crises política, econômica e institucional, todo o processo que levou ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e na área econômica, por superar a maior recessão econômica da história do Brasil republicano, uma economia que, no período entre 2015 e junho de 2017, chegou a cair por dez trimestres seguidos. Boa parte deste crédito de retomada de credibilidade no governo e no País se deve à forma com que se procurou governar, ao intensificar o diálogo com o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, lideranças de setores econômicos e da sociedade. Várias medidas trouxeram

impacto econômico e sistêmico, ao melhorar condições competitivas do País, mas destacam-se, principalmente, o impacto positivo de expectativas e o clima geral proporcionado a partir de um processo de convergência política e pacificação. O restabelecimento do diálogo plural, com todos os segmentos da sociedade, mostrou-se fundamental, assim como a resiliência pessoal.

**“É preciso derrubar os rótulos pelo bem do povo. Para o povo, são os resultados que importam, independentemente de ideologia. Toda a atividade política deve gerar paz, está na Constituição. No plano interno e no externo, o diálogo é possível e fundamental.”**

**- Michel Temer**

## **2) Recuperação econômica: superação da recessão, controle da inflação, reformas estruturantes no trabalho e emprego**

Houve recuperação significativa em todos os indicadores macroeconômicos. Além do crescimento econômico, que passou a ser positivo a partir do segundo semestre de 2017 e se manteve positivo até o final do governo, a inflação teve seus patamares reduzidos e controlados, e foi possível uma queda muito significativa nas taxas de juros.

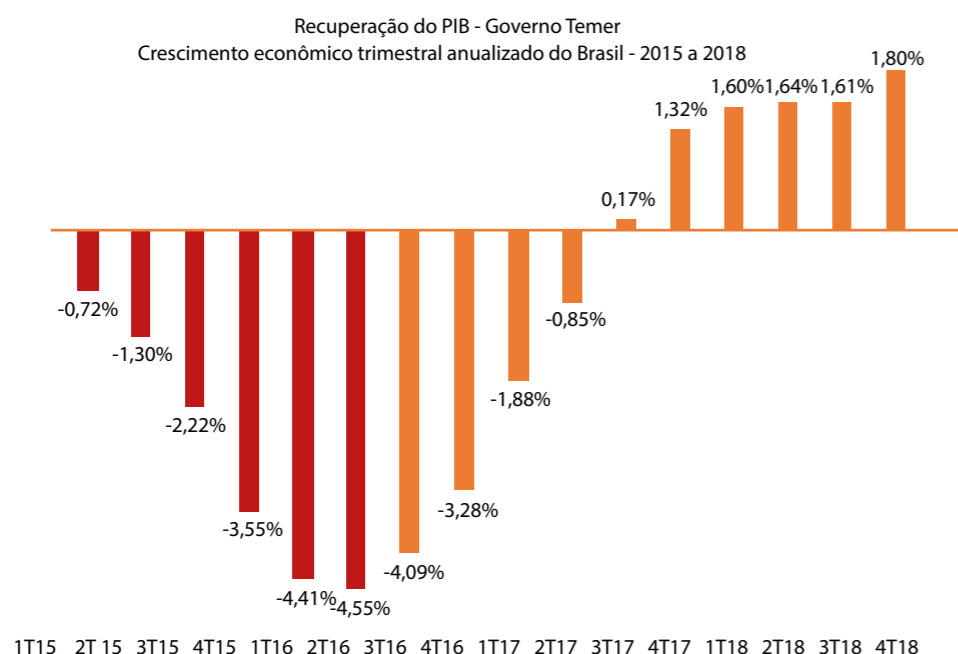
A essas medidas se somam o controle do déficit público, principalmente a partir da adoção do teto de gastos, melhora do resultado primário, modernização de gestão das estatais, privatizações, evolução no crédito agrícola e empresarial, em todos os níveis.



Os resultados são claros e diretos:

Indicadores	Quando Presidente Temer assumiu	Ao final do governo Temer
Crescimento do PIB	- 4,55% (2º trimestre 2016)	+ 1,8% (4º trimestre 2018)
Taxa SELIC	14,3%	6,5%
Taxa de Câmbio	3,49	3,87
Índice BOVESPA	53.241 pontos	87.997 pontos
Inflação	10,7% (ano 2015)	2,95% (ano 2018)

A imediata análise do gráfico do crescimento anualizado real do PIB brasileiro demonstra o esforço de gradual, porém acelerada recuperação da economia a partir de maio de 2016, início do governo Temer: a recessão foi controlada e passou a ser revertida (trimestres já totalmente na vigência do governo Temer na cor laranja), com 5 trimestres consecutivos de crescimento positivo na economia.



Fonte: IBGE resultados trimestrais anualizados reais.

Outros indicativos são também significativos: a safra agrícola recorde de 2016/2017 de 242 milhões de toneladas foi fundamental para a recuperação econômica, assim como as safras expressivas do período 2017/2018 e nova safra recorde obtida no período 2018/2019. O ambiente no meio rural brasileiro foi favorecido pela pacificação proporcionada por 283 mil títulos de regularização fundiária.

O Investimento Internacional Direto voltou aos patamares médios acima de US\$ 700 bilhões já em 2016 e assim se manteve até 2018, tendo inclusive em 2017 atingido recorde histórico de US\$ 768 bilhões, se recuperando da queda abrupta em 2015, ano que precedeu o impeachment de Dilma Rousseff, quando havia caído a US\$ 568 bilhões.

Neste sentido, também com a adoção de medidas anticíclicas, como a liberação do saque das contas inativas do FGTS, por exemplo, que disponibilizou R\$ 44 bilhões a 26 milhões de trabalhadores, além da redução de juros e inadimplência, o endividamento das famílias foi gradualmente se reduzindo,

além do retorno da confiança do consumidor e comércio.

### Reformas no trabalho e emprego

A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), promulgada em julho de 2017, foi a mais profunda reforma já realizada nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na história e evitou a perda de vários postos de trabalho e conteve o desemprego. A reforma gerou maior adaptação às mudanças no universo do trabalho, com a flexibilidade de horários de trabalho, possibilidade de recorte das férias em três períodos diferentes e possibilidade de acordos coletivos prevalecendo sobre as disposições gerais.

**“Modificações estruturais produzem mudanças ao longo do tempo e precisam estar constantemente conversando com a sociedade.”**

**- Michel Temer**

### 3) Gestão pública responsável, com adoção do teto de gastos, redução do déficit público, reforma administrativa ampla, privatizações e avanços na gestão das estatais

A implantação da Lei do Teto de Gastos, aprovada em outubro de 2016, foi a medida mais importante para ajuste das contas públicas no Brasil desde a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001. A partir desse avanço na legislação, se conseguiu pela primeira vez

uma redução importante dos gastos totais do governo em relação ao PIB, com redução de gastos de 0,5% do PIB entre 2016 e 2018. Com a contenção do déficit estrutural, a tendência de reversão das expectativas econômicas se reforçou ainda mais. A Lei das Estatais, de junho de 2016, estabeleceu relevantes avanços nas regras de gestão, governança e transparência das empresas estatais, entre as quais regras rígidas quanto à qualificação dos gestores nomeados para a diretoria e conselho das empresas, além de mudanças no funcionamento e nas funções da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal.

A gestão das estatais apresentou vários resultados de recuperação:

A Caixa Econômica Federal teve

seu maior lucro em 150 anos; as ações do Banco do Brasil obtiveram grande valorização, e nos Correios, a gestão foi recuperada, valorizando importantes instituições brasileiras.

O número geral de empresas estatais foi reduzido de 154 para 138, sendo que as distribuidoras de energia da Eletrobras foram privatizadas: CELG-D, Cepisa, Ceron, Eletroacre, Boa Vista Energia, Amazonas Energia e Ceal.

Foram elaborados mais de 70 projetos para concessão e parcerias público-privadas em aeroportos, exploração de óleo e gás, operações portuárias, entre outros.

A reforma administrativa na administração direta extinguiu 4.184 cargos de direção no governo federal e diminuiu o número de ministérios de 37 para 27, reduzindo um total de 61 mil cargos. O estabelecimento de que pelo menos 60% dos cargos deva ser ocupado por servidores de carreira contribuiu para o fortalecimento institucional e maior profissionalização da gestão.

### 4) Avanços na área social, de educação e saúde: governo funcionando melhor, para maior alcance

A marca de “governo resolutivo”, que melhora a qualidade de seus serviços, também se evidencia na área social.

A reforma do Ensino Médio, com modernização do currículo e foco na qualidade do ensino, foi uma das principais políticas, também com ampliação dos alunos de ensino médio com educação integral (sete horas diárias ou mais na sala de aula) de uma proporção de 5,9% em 2015 para 9,5% do total ao final de 2018 no ensino médio (totalizando 735 mil alunos). Na saúde, obteve-se o nível de cobertura superior a 76% da população brasileira pela atenção básica no SUS, com mais de 42 mil unidades básicas de saúde, 272 mil agentes comunitários de saúde em ação e mais de 44 mil

Gestão das estatais	2015	2018
Resultado das estatais	- R\$ 32 bilhões	+ R\$ 71 bilhões
Endividamento das estatais	R\$ 544 bilhões	R\$ 356 bilhões
Quadro de pessoal	552 mil	495 mil

Unidades de Saúde da Família em atividade. O prontuário eletrônico teve sua utilização aumentada de 920 UBS no Brasil para mais de 20 mil. As ambulâncias do SAMU em todo o País tiveram renovação de frota de 65%. Na área de gestão, a revisão de mais de R\$ 2,5 bilhões em despesas e melhorias de processos gerou capacidade de investimento em ampliação de cobertura. A Farmácia Popular passou a destinar a totalidade de seus recursos para a compra de remédios.

No programa Bolsa Família, o acompanhamento intersectorial com os Ministérios da Saúde e da Educação atingiu 14,6 milhões de pessoas na educação e 11 milhões de famílias na saúde. Investiu-se no aprimoramento e na focalização do Programa, além de zerar a fila de espera, priorizando o acompanhamento em educação de alunos até 17 anos e saúde de crianças de até 7 anos.

A atenção à Primeira Infância é intensificada em várias frentes, incluindo o Programa Criança Feliz, com mais de 400 mil crianças e gestantes visitadas, com foco nas famílias incluídas no Bolsa Família e beneficiários de programas sociais.

O foco estruturante e a visão de futuro de priorizar jovens e primeira infância nos programas sociais foram uma das principais linhas de política pública coordenada do governo.

**“Educação é tudo em um país. Juntamente com saúde, é preciso dedicar todos os esforços para elevar o nível intelectual do povo. Ampliar o ensino integralizado e incluir a alfabetização digital são fundamentais neste momento.”**

**- Michel Temer**

## **5) Respeito ao meio ambiente, ampliação da preservação, diplomacia multilateral e cumprimento de acordos internacionais.**

A visão da importância da proteção e preservação do meio ambiente e sua biodiversidade, não apenas para o Brasil, mas para cumprimento da agenda de compromissos internacionais firmados, foi um dos importantes focos de atuação do governo Temer, sempre em diálogo com a sociedade, organismos internacionais e governos locais.

O meio ambiente teve atenção especial em iniciativas como a valorização do Ministério do Meio Ambiente, ampliação e proteção a Unidades de Conservação, estudos e pesquisas como o da disponibilidade hídrica, redução do desmatamento na Amazônia Legal, incentivo à produção de energia limpa e o fechamento da maior termelétrica a carvão do País, em Candiota (RS).

Em agosto de 2016, foi criada a primeira Unidade de Conservação marinha, a Reserva de Vida Selvagem do Arquipélago de Alcatrazes (SP), trazendo a visão sobre os oceanos e um significativo legado ambiental para o mundo. Em março de 2017, foi triplicada a área da Estação Ecológica do Taim (RS), importante sistema hidrológico. De 11 mil, a estação passou para 32 mil hectares.

Em 2017, regulamentações relevantes foram feitas como a criação da Agência Nacional de Mineração, transformando o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) em órgão regulador. Em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, foi revisado o decreto que regulamentou a conversão de multas ambientais em ações de recuperação de áreas degradadas, melhorando a eficiência do gasto público, e, em conjunto com Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi assinada a Medida Provisória que definiu novas regras para a aplicação de recursos da

compensação ambiental, criando mecanismos para que o dinheiro de compensações chegasse mais rápido à entidade para atividades de conservação das unidades preservadas.

**“O meio ambiente não pode brigar com o agro e vice-versa. Pelo contrário, eles precisam somar para ter efetividade. O Brasil foi um dos primeiros signatários do Acordo de Paris.”**

- Michel Temer

### Diplomacia multilateral com principais parceiros comerciais e laços do Brasil

A diplomacia multilateral foi importante para o fortalecimento de uma política externa pautada pela democracia e por parâmetros de abertura, integração, responsabilidade e solidariedade, e focada na solidificação

das relações com os principais parceiros comerciais do Brasil, o bloco Mercosul, América Latina, a comunidade lusófona e ibérica, assim como o G-20, em que o Brasil passa a desenvolver agendas como energia sustentável, expansão de infraestrutura e segurança alimentar, que envolve o País como potência global de economia verde nesta e nas próximas décadas.

**“As relações internacionais devem prezar pela multilateralidade.”**

- Michel Temer

### A cultura de governar por consenso e coalizão protagonista no governo Temer

Um dos aspectos mais relevantes do governo Temer foi a cultura de governo, a estrita convicção democrática e institucional trazida para a atuação presidencial. A formação de coalizão, convergência,

avanços com o Congresso Nacional e Judiciário têm uma marca de forte compromisso com a ordem constituída e a democracia. O caráter reformista vem da necessidade de modernização, da premência de retomada econômica e desentrelaçamento do País, e da capacidade de levá-las adiante dentro das institucionalidades.

O que não significa, muito pelo contrário, que não existiram percalços e dificuldades enfrentadas e que ainda permanecem.

Uma delas é a forte constatação de que o presidencialismo de coalizão brasileiro é um modelo que precisa ser aprimorado, de que o presidencialismo como se apresenta hoje tem dificuldades de governabilidade e equilíbrio com os Poderes.

Em todo o legado de realizações objetivas do governo Temer, destaca-se a capacidade de pacificação, consenso e avanço com reformas.

**“O consenso só é possível a partir da formação intelectual e política da pessoa.”**

- Michel Temer



## GOVERNO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY (1985-1988)

(15/03/1985 a 15/03/1990)

### Perfil – Destaques

<b>Presidência da República</b>	1.826 dias de governo como Presidente da República, empossado como Presidente interino diante da internação de Tancredo Neves, assume definitivamente a Presidência da República após sua morte, em 21 de abril de 1985.
<b>Principal formação acadêmica</b>	Formação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1980.
<b>Atuação pública</b>	Atuou no Legislativo como Deputado Federal entre 1955 e 1965, primeiro como suplente, depois deputado eleito. Em 1965, elegeu-se governador do Maranhão, exercendo o mandato entre 1966 e 1970. Senador eleito pelo Maranhão entre 1971 e 1985. Senador eleito pelo Amapá entre 1991 e 2015. Presidente do Senado Federal entre 1995 e 1997 e entre 2009 e 2013.
<b>Filiação MDB</b>	Filiado desde 1984.

Durante os primeiros dias, na vigília e esperança de recuperação, e após a morte do Presidente Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, ao assumir definitivamente o governo, Sarney trabalhou em direção à legitimação de seu governo, em um momento de consolidação da democracia e da paz social.

Foi o presidente da transição democrática, ao garantir a liberdade de imprensa, a garantia de direito aos sindicatos, assim como a realização de eleições livres em todos os níveis, durante o seu mandato.

Convocou a Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição Federal de 1988, a qual ampliou os direitos aos brasileiros e temáticas que até então não eram tratadas com destaque, como direitos das mulheres, negros, indígenas e outras minorias. Valorizou as áreas de meio ambiente e da cultura, ao criar o Ministério da Cultura e o Ibama durante o seu mandato.

Nas relações internacionais, voltou a colocar o Brasil em relações próximas com as principais democracias do mundo, participou

das bases da cooperação lusófona e ibero-americana. Foi fundamental, juntamente com o presidente argentino Raúl Alfonsín, em liderar o conceito e criação do Mercosul a partir do Programa de Integração e Cooperação econômica, assinado com a Argentina em 1988. O Mercosul foi oficializado em 1991, posteriormente ao seu mandato, a partir do Tratado de Assunção.

Na organização econômica, foram criados no governo Sarney a Secretaria do Tesouro e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), além da extinção da conta-movimento do Banco do Brasil, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

O governo Sarney ficou marcado por um cenário e uma conjuntura extremamente desafiadores, principalmente no combate à inflação e em razão do clima de agitação social pós-crise econômica e da dívida do início dos anos 1980, final do regime militar. No entanto, foi um governo realizador em termos de ampliação de áreas de atuação, na reconfiguração das bases democráticas do

País em que os avanços na área social, principalmente, deixaram um legado significativo. Várias noções de modernização institucional e atuação de governo que seriam consagradas nos anos 1990 e 2000 deram seus primeiros passos no governo Sarney, em um período muito intenso da vida brasileira.

O legado do Presidente José Sarney pode ser dividido, principalmente, em 3 (três) áreas temáticas: transição e consolidação democrática, programas na área social e gestão econômica.

## 1) Transição e consolidação democrática

O Presidente José Sarney foi um dos principais garantidores da transição democrática do Brasil entre 1985 e 1990, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães.

Cumpriu a extensão completa do seu mandato, o que não foi possível para outros líderes de uma América Latina que se redemocratizava, como o próprio Alfonsín, que precisou antecipar o final de seu

mandato na Argentina por quase seis meses. A agenda conturbada era comum, especialmente a Brasil, Argentina e México, com inflação, democratização ainda frágil e crise da dívida externa.

Esse processo democrático se completa na criação do Ministério da Cultura, que teve entre seus ministros Celso Furtado, na Lei Sarney, a primeira lei de incentivo cultural de grande alcance, no começo de programas para mulheres (o início do Conselho Nacional de Direitos da Mulher) e negros (criação da Fundação Palmares em 1988), na evolução das relações trabalhistas e liberdade sindical. Houve uma preocupação emblemática e importante com o fim da censura e remoção de todo o “entulho autoritário”, que era a legislação restritiva que vinha junto com os governos militares em várias áreas. A área ambiental encontrava-se pressionada pela questão global da Amazônia e pelo longo período em que foi um assunto relativamente negligenciado – destaques da época são a criação do Ibama, que reuniu as estruturas de apoio ao meio ambiente em um só órgão, do próprio Ministério do

Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e o projeto Calha Norte, com uma visão estruturada para resguardar a fronteira amazônica do ponto de vista de defesa e meio ambiente.

Nas relações internacionais, as visitas e o aumento do intercâmbio com a China de Deng Xiaoping, União Soviética (que passava pela *glasnost* de Mikhail Gorbachev), Cuba (reatando relações diplomáticas), França (Mitterrand), Espanha (Felipe González), Portugal (Mário Soares, como primeiro-ministro e depois como Presidente da República) e demais nações europeias.

A imagem era de um Brasil em transição democrática, rumando com firmeza em meio a dificuldades econômicas e conjunturais, e com protagonismo em foros como o Grupo de Contadora, responsável pela pacificação de conflitos na América Central e Caribe. O acordo com a Argentina e mais tarde com todos os países do Mercosul em nome do uso de energia nuclear para fins pacíficos foi um marco significativo. A visita de Estado de Sarney aos Estados Unidos foi particularmente importante

para dissipar desconfianças, especialmente do Departamento de Estado.

O Brasil passou a dialogar com todos e a convergir em uma linha centrista, humanista e pragmática, como no repúdio público ao *apartheid* na África do Sul. No plano interno, diversas tentativas de pactuação social e um diálogo muito próximo com o Congresso e entidades da sociedade civil.

**“Foi possível fazer uma transição tranquila conduzida pelo MDB, sem ruptura e confrontação militar ou popular. O partido foi responsável por essa transição.”**

**- José Sarney**

## 2) Ampliação da área social e estruturação de programas sociais

A ruptura de programas tidos como de “assistência” por programas sociais, com estruturação e visão de médio e longo prazo. Uma grande evolução institucional forjada no governo Sarney e institucionalizada pela Constituição de 1988 foi a criação de programas federais e direitos assegurados de acesso a serviços sociais e públicos a um número muito maior de brasileiros do que acontecia anteriormente. Ao contrário dos programas anteriores à redemocratização, os quais tinham finalidade pontual e um viés de relação mais assistencial, pela primeira vez questões como universalização, descentralização e ampliação de direito eram tratadas de forma mais estruturada. Esse é o embrião do SUS, o SUDS (Sistemas Unificados e Descentralizado de Saúde), implantado a partir de 1986, que previa serviços de saúde para todos os brasileiros, e não apenas para trabalhadores que contribuam com a previdência social, como era anteriormente.

O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes foi uma das principais políticas sociais do governo Sarney, com foco na primeira infância, e que chegou a direcionar e fomentar 30% da produção nacional de leite para crianças de até 7 anos de idade em famílias com renda de até dois salários mínimos a partir de cupons. O Vale-Transporte foi criado no final de 1985, e, em muitos casos, resultou em um ganho real de renda de até 40% para trabalhadores que anteriormente consumiam uma grande parcela do seu salário com transporte. A Farmácia Popular teve sua primeira fase durante o governo Sarney, do MDB.

**“O MDB foi o partido das grandes causas sociais, além das causas políticas, concluindo em avançar no direito da propriedade, dos direitos individuais e dos direitos sociais.”**

- José Sarney

**“Tinha uma vivência de expressar uma atualização do povo brasileiro. Presidir um governo de transição, fazer um governo totalmente voltado para o social. Grande novidade do MDB, que já vinha amadurecendo essas ideias anteriormente.”**

- José Sarney

## 3) Gestão dos desafios na economia

A difícil conjuntura econômica que o governo Sarney atravessou foi comum a praticamente toda a América Latina no período. No caso do Brasil, problemas causados pelo desequilíbrio nas contas públicas, pela longa recessão e crise econômica no período 1979-1984, principalmente, pela crise da dívida externa sentida especialmente por

Brasil, Argentina e México depois de 1982. A se somar as demandas por melhor qualidade de vida e prosperidade, agora em um ambiente democrático.

A inflação era o grande mal a ser atacado: após o sucesso parcial do Plano Austral argentino em 1985 e dos planos de estabilização israelenses, executados durante a década de 1980, o Plano Cruzado, com uma solução heterodoxa baseada em congelamento de preços e salário para reajuste de salários, se houvesse o caso. A ideia principal era desindexar a economia, presa ao fenômeno da correção monetária e do overnight, que era uma aplicação de liquidez e correção diária.

A se seguir o sucesso inicial, inclusive de popularidade, com o fenômeno dos “fiscais do Sarney”, o Plano Cruzado teve, para combater repiques e volta da inflação, novas versões, como o Plano Cruzado II, ainda em 1986; o Plano Bresser, em 1987, e o Plano Verão, em 1989. O cruzado logo tornou-se cruzado novo, para acompanhar a inflação acima de 300, 400%, depois cruzeiro

ao fim do governo Sarney e início de governo Collor e uma longa trajetória de tentativas e aprendizado que foram fundamentais para o sucesso do Plano Real, finalmente, em 1994. Não obstante a dificuldade com a estabilização da economia, com mais centenas de greves de trabalhadores constatadas durante o período, a constatação de que, economicamente, os anos 1980 foram uma “década perdida” é relativa: em 1985 e 1986 a taxa de crescimento foi superior a 7%, em 1987 e 1989 acima de 3%. Apenas o ano de 1988 apresentou recessão técnica (-0,1%).

José Sarney teve cinco ministros da Fazenda, três ministros do Planejamento e sete presidentes do Banco Central durante o seu governo. Uma tendência de instabilidade que se seguiu até o advento do Plano Real, em 1994.

Uma característica de governo que fica clara é o foco na resiliência, na necessidade de completar a transição democrática e garantir um clima de mínima pacificação social. Através dos anos e décadas, o legado do governo Sarney tem sido revisitado e analisado,

principalmente diante de sua conjuntura, complexidade de desafios e em comparação com países em situação semelhante no mundo àquele tempo. Um governo que traz uma missão cumprida de pacificação, diálogo, transição, inovação e avanços em várias áreas.

**“Essa visão do MDB para explorar e reivindicar o serviço que prestou ao Brasil é única. Um partido que ajudou com que o País não se dividisse e ficasse unido, procurando atravessar as crises políticas para ter solução pacífica e política.”**

**- José Sarney**

## **MDB sempre decisivo quando o Brasil mais precisou de apoio e união**

O MDB vem, desde sempre, se posicionando de forma massiva no apoio das grandes causas do Brasil. Foi dessa forma que o partido e suas lideranças, especialmente Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, foram a face e a sustentação da campanha das Diretas Já, em 1983/1984, que uniu o País em torno de uma causa; na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1986 e 1988, os líderes do MDB ocuparam as principais posições de liderança e relatoria, vindo a produzir uma carta ampla e radicalmente democrática; na votação do Plano Real, em 1994, em que muitos partidos, especialmente o PT, votaram contra o novo Plano de Estabilização, o apoio do MDB foi fundamental para a articulação, discussão e aprovação do Plano que deu fim à hiperinflação no Brasil.

Desde então, o partido tem se posicionado sempre com responsabili-

dade e percepção e visão ampla de país, de compreensão de seu povo, de respeito à diversidade e amplitude do Brasil nas grandes causas de reformas e avanços, e, especialmente, na defesa de nossas instituições democráticas, marca mais forte do DNA emedebista.





## O MDB, fazendo jus à sua história

Todo partido digno de seu nome deve assumir responsabilidades diante de seu país e, particularmente, diante de uma crise de proporções avassaladoras, como a hoje existente. O MDB, fazendo jus à sua história, traz agora à discussão um conjunto de ideias que permita não apenas pensar a nossa situação, como fornecer um conjunto de balizas que sinalizem concretamente para o mundo pós-pandemia. Temos, porém, consciência de que não há um antes e depois que possam ser distintamente separados, na medida em que vivemos um processo, no qual entramos sem saber e do qual não sabemos ainda como sair. A saída será um movimento, constituído de etapas, em que inúmeras decisões serão tomadas em função de fatos novos, alguns por enquanto imprevisíveis. Saída completa só ocorrerá com a aplicação massiva de novas vacinas ou

novos medicamentos de cura, algo com o qual não podemos contar totalmente pelo momento. Não propomos aqui um detalhamento de medidas, mas caminhos que sinalizem para um futuro melhor.

Quando o presidente Temer assumiu o governo, o Brasil estava em frangalhos. A queda do PIB nos dois anos anteriores era acentuada, os juros estavam altos, a inflação fugia do controle, o desemprego aumentava. A exigência de mudanças se fez presente inclusive nas ruas. O MDB soube responder à altura. Tomou prioritariamente medidas de pacificação nacional, chamando outros partidos a governar, ciente de que, sozinho, nada poderia fazer. A sabedoria consistiu em compartilhar o Poder e administrar coletivamente, visando ao bem comum, ao bem de todos. Em um curtíssimo espaço de tempo, o País voltou a crescer, o desemprego começou a ser reduzido, a inflação foi totalmente controlada, os juros caíram e os brasileiros começaram a vislumbrar o futuro. O seu legado foi um país arrumado e pronto para um salto para o futuro.

# 3. Brasileiros que pensam o Brasil

O partido possui uma longa história, tendo exercido um papel central na restauração da democracia no Brasil. Foi um intransigente defensor das liberdades, sem as quais um povo se torna súdito e escravo. Lutou pelo fortalecimento das instituições republicanas e tudo fez para que o País encontrasse o seu rumo. Participou de coligações, governou por si mesmo, defendeu o diálogo político. Com o presidente José Sarney assegurou, em um momento extremamente difícil, que a democracia fosse não apenas restaurada como também afirmada, sabendo enfrentar diferentes crises. Com o presidente Michel Temer, não somente comprometeu-se com a democracia, como partiu para que os pilares econômicos, sociais e institucionais fossem reconstruídos. De um país em crise, surgiu um país esperançado. Na prática de governar, o partido mostrou a sua competência e responsabilidade. Nossa concepção, em linhas gerais, consiste em romper a falsa polarização entre a extrema-direita e uma esquerda irresponsável que lançou o País em uma grave crise. Ela consiste em abandonar

a concepção política baseada no enfrentamento entre amigos e inimigos, consciente de que a experiência histórica já mostrou aonde isso leva: o autoritarismo e o totalitarismo. Vejam, ao nosso redor, o que acontece com a experiência chavista, “modelo” tanto da extrema-direita quanto da esquerda radicalizada; vejam o nosso destino se não soubermos dizer basta! A nossa concepção consiste em articular o diálogo social e político, procurando fazer com que os Poderes falem entre si. Ela consiste em enfrentar a grave desigualdade social de nosso país, oferecendo educação de qualidade para todos, independentemente de condição social, gênero, raça ou religião. Ela consiste em erradicar a pandemia no País, cujo tratamento irresponsável só gera doença, morte, fome e desemprego.

No governo Temer, os ganhos foram impressionantes para um curto espaço de tempo. Nunca se fez tanto em tão pouco tempo.

Vejam, brevemente, algumas medidas:

**a) a superação da recessão** de 8,6% acumulada nos últimos 11

trimestres; o País, já no primeiro ano, foi para um crescimento superior a 1%, em uma reversão enorme de expectativas;

**b) a inflação aproximava-se**

**de 10%**, tendo sido reduzida, em 2017, a 2,95%, trazendo segurança e benefício social no controle da moeda;

**c) a redução dos juros básicos**

**próximos de 15%**, tendo então caído a 6,5%;

**d) a reforma trabalhista que,**

**assegurando os direitos dos**

**trabalhadores**, modernizou toda

uma legislação, que já estava vencida pelo tempo. O Brasil pôde olhar para frente;

**e) a profissionalização da gestão**

**das empresas estatais**, com

destaque para a Petrobras que, em crise, tendo sido apropriada partidariamente, conseguiu reverter a sua situação e se colocar como exemplo de gestão pública,

**f) a reforma do ensino médio**,

avançando no conhecimento e na ciência, começando a superar a ideologização que havia tomado conta do setor;

**g) a responsabilidade fiscal**,

mediante a introdução da Lei

do Teto dos Gastos, com o intuito de impedir o descontrole dos gastos públicos, que terminam por prejudicar os mais pobres e desfavorecidos;

**h) a manutenção e o**

**fortalecimento de programas**

**sociais** como o Bolsa Família, com melhor controle de sua administração;

**i) o relançamento do Minha Casa**

**Minha Vida**, bem-sucedida

iniciativa do governo anterior;

**j) o PPI**, um ousado plano de

modelagem das relações público-privadas, focado em questões regulatórias e em aumento de investimentos, tendo se traduzido por várias concessões. Ressalte-se a sua transparência, não tendo se submetido ao peso das corporações públicas e privadas;

**k) na preservação ambiental**,

com a criação da maior reserva marinha do mundo, além da quadruplicação da Chapada dos Veadeiros;

**l) na atenção às minorias**, com

determinação que a administração pública reservasse 30% das vagas de estagiários para os afrodescendentes.

A pergunta, inevitável, seria:

## como tanto se conseguiu?

Talvez uma resposta simples seja: com ideias, programas, competência e amplo espírito de conciliação nacional. Ainda antes de Michel Temer assumir o Poder, a Fundação Ulysses Guimarães elaborou um importante documento, Ponte para o Futuro, que fazia um diagnóstico da situação e apontava rumos para o governo, com ideias, criatividade e, sobretudo, coragem para mudar.

Pessoas competentes, partidárias ou não, foram escolhidas para cargos-chave.

## A luta do “nós contra eles” foi substituída pelo “todos juntos” pela reconstrução nacional.

O Poder Executivo trabalhou com o Poder Legislativo, viabilizando a aprovação de reformas necessárias para a modernização

do País. Imperaram o diálogo e o espírito de pacificação.

Nas últimas décadas, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apresentou protagonismo no cenário político nacional em momentos preponderantes para a construção da sociedade em que vivemos: processo de redemocratização do País, liderança na promulgação e condução da Constituição Cidadã, que hoje converge em um raro consenso nacional, mas que recebeu forte oposição na época de sua formulação; defesa inarredável da pluralidade de pensamento, fortalecimento das instituições, concretização de reformas estruturais na distribuição da renda e da modernização do Estado; entre inúmeras outras pautas que consolidaram o processo democrático, com maior participação da cidadania, e que possibilitaram a melhora gradual da garantia da dignidade humana para milhões de brasileiros.

Nesse contexto, a Fundação Ulysses Guimarães (FUG), órgão independente e intelectual do MDB, com ampla capilaridade partidária, sempre orientou e



embasou suas diretrizes em uma visão de futuro pautada pelo conhecimento científico, pela moderação e pelo respeito à história partidária. Não poderia ser diferente no momento atual, em que posições políticas extremadas marcam o cenário político e que urge ponderação para a construção de avanços.

## Grandes Linhas

O Brasil exige que pensemos grande, consoante não somente com nosso tamanho continental, mas, sobretudo, com nossas aspirações nacionais. Um país que não se pensa é um país

incapaz de vislumbrar o futuro. Eis por que o MDB se lançou nesta iniciativa de apresentar ideias que nos permitam sair dos impasses atuais:

- Sem igualdade de oportunidades, nenhum país pode crescer com justiça social. É não somente uma efetiva igualdade de todos perante a lei, mas, também, de uma educação de qualidade, de condições sociais e de amplo acesso de todos aos modernos meios de comunicação.
- O Brasil patina na educação. A pandemia mostrou uma educação pública de baixa qualidade, com escolas sem

condições materiais de oferecer a seus estudantes internet e computadores, que poderiam dar a todos uma educação moderna e de qualidade. Os pobres foram os mais prejudicados. O Brasil não pode conviver com tal grau de injustiça social.

- O Brasil não pode permanecer refém de uma burocracia atrelada ao controle de meios, sem se preocupar com a finalidade social que deveria presidir as suas ações. Trata-se de criar uma gestão pública para o século 21 – *compliance* (integridade), mérito, tecnologia e moderna gestão de pessoas.
- Amar e respeitar a Amazônia e desenvolvê-la de forma consciente e sustentável – uma política ambiental que nos propicie orgulho, autoestima e reconhecimento. Agricultura e meio ambiente devem trabalhar de mãos juntas.
- Renda básica que erradique a pobreza e dê a cada brasileiro o direito pleno de cidadania, autoestima e emancipação. Logo, um programa atento

à emancipação dos mais necessitados mediante uma política pública de criação e integração ao mercado do trabalho. O trabalho enobrece, o desemprego avilta as pessoas.

- Uma reforma tributária que olhe para o contribuinte, simplifique o sistema de impostos e estimule o trabalho e o empreendimento e assegure o equilíbrio federativo.
- Equilíbrio entre a promoção da igualdade social e a disciplina fiscal, pois as primeiras vítimas do desequilíbrio fiscal são precisamente os mais necessitados, os mais carentes.
- Marcos regulatórios sólidos, segurança institucional, jurídica e política que transmitam aos investidores confiança no futuro, que viabilizem vultosos investimentos em infraestrutura, particularmente em ferrovias, aeroportos, rodovias, transporte de cabotagem, área energética, conectividade em 5G, saneamento básico, entre outras pautas de infraestrutura.
- Valorização e defesa da

democracia representativa e de suas instituições.

- Uma cadeia nacional da saúde enquanto defesa dos cidadãos e da soberania nacional.

## Convergências

Na busca de ideias, a Fundação Ulysses Guimarães e o MDB consultaram vários especialistas, de diferentes concepções e horizontes partidários, sem nenhum tipo de preconceito, tendo como único norte encontrar caminhos para o Brasil. Preocupamo-nos com as convergências, com aquilo que nos une, e não com o que nos desune.

Ao longo do ciclo de debates “O Brasil precisa pensar o Brasil”, foram constatados diagnósticos convergentes relacionados às demandas sociais contemporâneas e aos caminhos que precisam ser percorridos para que os problemas apontados possam ser mitigados ou sanados a curto, médio e longo prazo. Há a premissa inicial de que a pandemia gerada

pelo novo coronavírus mudou drasticamente o planejamento e a forma de atuação de governos, corporações e indivíduos do mundo inteiro ao longo do ano de 2020. Não superaremos a grave crise econômica se não enfrentarmos a pandemia e seus efeitos com ciência, decisão e previsibilidade.

Recuperando a confiança, o crescimento e o emprego voltarão. Se a pandemia não for devidamente enfrentada, com vacinas, distanciamento social, máscaras e álcool gel, a economia continuará fraquejando e as pessoas serão cada vez mais abandonadas a si mesmas.

Às vésperas de mais um período eleitoral, e em meio a um contexto de profundas transformações, avanços tecnológicos, novas dinâmicas sociais e expansão da desigualdade social, está posto o desafio a todos os atores políticos: o que precisa ser feito? Nossa proposta reside em apontar caminhos, em sinalizar rumos que serão perseguidos por aqueles verdadeiramente interessados pelo nosso país. O

Brasil está carente de ideias e de prospectos para sua realização.

Neste contexto, defendemos políticas públicas modernas e arrojadas, novas formas de geração de emprego e renda, além de pesados investimentos na infraestrutura e na formação, qualificação e aprimoramento da nossa mão de obra, para que os brasileiros estejam alinhados às tendências e demandas do mercado de trabalho do século 21.

O mapa de navegação para o desenvolvimento do Brasil exige vultosos investimentos em infraestrutura.

Com a incapacidade do Poder Público de concretizá-los, impera a necessidade de capital privado, que só será viabilizado após a consolidação de um ambiente adequado de negócios: segurança institucional, jurídica e política, além de marcos regulatórios sólidos que transmitam aos investidores confiança no futuro, para a realização de aplicações de retorno a longo prazo. A gestão Temer, pautada pela centralidade, harmonia entre os

Poderes e forte convergência com o parlamento, havia devolvido credibilidade à nação, entregando as reformas exigidas para se alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas. Em sua gestão, a confiança e a segurança propiciaram uma forte retomada dos investimentos nacionais e internacionais.

**É imperioso destacar que o desenvolvimento da nação deve alcançar a todos os seus filhos, e, hoje, a maior angústia de milhões de brasileiros é a fome.**

Um dado alarmante que ilustra essa triste realidade é o de que, em fevereiro de 2021, aproximadamente 70% dos 18 milhões de moradores de favela no Brasil não tiveram dinheiro para comprar comida. Ademais, nos últimos anos, vimos indicadores ligados diretamente à qualidade de vida da população piorarem, como a alta de preços, o desemprego em patamar

elevado e a fuga de investimento para outros países. Uma nação verdadeiramente de todos deve garantir uma distribuição transparente, democrática, criteriosa e justa dos recursos para todos os brasileiros.

Nossa história, neste momento decisivo, exige de nós a posição de “guardiões do bom senso” para que, de forma equilibrada e progressiva, possamos dar continuidade a reformas existentes ou às que foram interrompidas, pois, como já ensinava o saudoso Ulysses Guimarães durante a Constituinte:

**“A nação deve mudar. A nação vai mudar.”**

**- Ulysses Guimarães**

Enquanto partido de centro, nosso compromisso primeiro é com reformas que saibam preservar o que merece ser preservado e, com coragem, mudar o que deve ser mudado.

## **Desenvolvimento para todos**

Garantir a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros deve ser a principal obstinação de um governo, por meio de políticas sólidas de Estado, baseadas em evidências e indicadores visando à redução das desigualdades e promovendo a mobilidade social. Mais do que um consenso, há uma unanimidade: a Educação é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e digna, e deve se tornar uma prioridade nacional! A Educação é o melhor investimento que um país pode fazer a longo prazo, exigindo de todos um esforço de atualização, modernização e de qualificação de professores e alunos.

As condições do necessário distanciamento social mostraram não apenas a carência alimentar de crianças e jovens mais necessitados, mas também o baixo nível digital da educação pública brasileira. Aulas on-line são majoritariamente utilizadas por escolas privadas que

atendem a uma população de alta extração social, capazes de pagar por estes serviços. Logo, os que estão no andar de baixo da pirâmide social sentem ainda mais fortemente a desigualdade, não podendo ter acesso a um mundo digital que se impõe. Trata-se de lhes dar passagem para esse “novo” mundo, algo que veio para ficar. É imperioso elevar a capacitação educacional do povo mediante uma educação de qualidade, utilizando os novos meios tecnológicos e digitais. Tudo isto, evidentemente, valorizando os professores, treinando-os e aumentando os seus salários, tendo o mérito e os resultados enquanto princípios. Em decorrência, nas disputas que se aproximam, o País poderia vislumbrar um futuro de pessoas formadas pela ciência e tecnologia, capazes de fazerem parte de um mundo competitivo, digital e de inovação. A repercussão social, industrial e comercial seria aqui enorme.

O Brasil mudaria de patamar social e educacional.

O Grande Avanço com a Edu-

cação é uma prioridade do MDB para o Brasil. Frisemos que não há como pensar em igualdade de oportunidades sem elevar a qualidade da educação e ampliar o seu acesso. Avançar na Reforma Educacional a partir da sala de aula pressupõe renovação de metodologias, utilização das mais modernas e eficientes ferramentas educacionais, em particular as digitais, alcançando todas as crianças, jovens e adolescentes, sobretudo os mais carentes. Isto implica, inclusive, fornecer computadores para os que não têm condições de comprá-los e dotando as escolas de internet de qualidade. Eis o nosso maior compromisso, a nossa prioridade! O valor da educação é incomensurável.

Um desenvolvimento para todos igualmente requer o redesenho da estrutura federativa, com uma ‘nova’ distribuição de recursos públicos, tanto na receita, graças a uma ampla discussão sobre uma reforma tributária que facilite a vida de pessoas e empresas; quanto também na despesa, que

deve ser liderada pelos municípios sempre que possível, dentro dos princípios do municipalismo, reduzindo assim o caminho dos recursos públicos, facilitando a fiscalização e promovendo a integração interna nacional.

## **Urge uma Reforma Tributária que pense no contribuinte e no consumidor, base mesma da cidadania.**

Por sua vez, a simplificação do sistema tributário aumentará a produtividade das empresas e melhorará a vida de quem produz e trabalha no Brasil, atraindo investimentos e melhorando a condição social de todos. Assinale-se que os municípios têm uma sobrecarga de responsabilidades no contexto da federação, sem que, no entanto, os recursos redistribuídos pela União satisfaçam as suas necessidades. Atualizar a divisão do bolo tributário é também uma das urgências do nosso país. Fortalecer os municípios significa

garantir melhor educação e mais atenção à saúde básica, porque é efetivamente na sua esfera que recaem as maiores responsabilidades. Do ponto de vista político, nosso sistema eleitoral deve ser reformado, atento às melhores condições de exercício da democracia.

Eis por que defendemos eleições com menor custo, algo que pode ser atingido por intermédio do voto distrital e do voto proporcional por lista, com o substancial ganho de aproximar o eleitor de seus representantes políticos. Trata-se de empoderar o cidadão enquanto eleitor. O aperfeiçoamento real da democracia brasileira só poderá vir através de uma qualificação do diálogo institucional, o que se traduzirá por um verdadeiro diálogo entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com pesos e contrapesos, dando maior transparência à estrutura institucional do País. Ou seja, pensamos ser necessário devolver a dignidade à política e não fortalecer o seu aviltamento atual. Política e moralidade não

são termos que se excluem entre si. Isto significa, de modo mais geral, a construção de um projeto que apresente visão de futuro contextualizada com a sociedade moderna, as novas tendências e demandas sociais, respeitando o passado e a história política do País, e que também responda de forma efetiva aos atuais desafios da sociedade contemporânea. O desenvolvimento para todos exige, de modo inegociável, a defesa dos princípios constitucionais e os Poderes constituídos, assim como de suas instituições; afinal, a qualidade da nossa democracia impacta diretamente nas questões econômicas e sociais, mais do que qualquer outra reforma.

## **Desenvolvimento econômico**

O sucesso econômico de uma nação deriva da ação ou da omissão de seus governos. Não se trata de análise, mas de um fato que se sobrepõe a questões ideológicas. Logo, compete ao Estado, e não à iniciativa privada, a formulação das políticas

públicas necessárias para o País. Políticas públicas baseadas em regras claras, estáveis, que propiciem um efetivo ambiente de investimento. Se, em lugar desta estabilidade, tivermos a insegurança e o arbítrio de interferências governamentais, os investimentos serão substancialmente reduzidos, resultando o desemprego, a inflação e a queda de renda da população. A segurança jurídica e a institucional são condições igualmente importantes de uma economia saudável e pujante. Por sua vez, os custos da ineficiência e do desperdício sobrecarregam e, ao mesmo tempo, debilitam o Estado como executor de políticas públicas fundamentais. O ex-presidente Temer sinalizou positivamente com a Lei do Teto Constitucional de Gastos, que se traduziu por uma confiança dos investidores em nosso país. O resultado foi o de que o Brasil voltou a crescer. Entrementes, novas necessidades surgiram neste período como as oriundas da pandemia, exigindo do Estado uma maior intervenção mediante o auxílio emergencial conferido a

mais de 60 milhões de pessoas que ficaram desprotegidas. O Estado foi novamente exigido em sua missão social, para além do despreparo do governo atual e de seus erros de concepção e de improvisação. Isso propiciou, inclusive, uma certa manutenção do poder de consumo dos setores de baixa renda, assim como garantiu a sobrevivência de milhares de empresas no Brasil.

## **É obrigação nossa repensarmos o papel social do Estado, garantindo ao mesmo tempo a confiança daqueles que empreendem.**

Sua função é tanto mais necessária por vivermos em um país com graves desigualdades sociais. Obrigação essa que inclui igualmente que ele não continue a ser refém das corporações e estamentos que capturam para si a maior parte da renda nacional. O Estado não pode ser o dos privilegiados, mas o dos carentes

e deserdados.

Políticas de tal tipo requerem projetos sólidos de parceria público-privada, tais como foram pensadas, planejadas e executadas pelo governo Temer. Seu objetivo consiste em suprir as necessidades de investimentos, algo que o Estado não consegue fazer, e fornecer serviços de qualidade à população através de marcos regulatórios transparentes e juridicamente perfeitos, com sólida segurança para todo aquele que empreende. Sem segurança, não há investimentos de longo prazo. Áreas particularmente propícias para tais investimentos são as obras e melhorias em ferrovias, aeroportos, rodovias, transporte de cabotagem, área energética, conectividade em 5G, saneamento básico, entre outras pautas de infraestrutura. Isto demanda igualmente a elaboração de projetos arrojados e transparentes, de ampla discussão nacional. Nesse debate, a reserva de águas deve ser priorizada e tratada como a mais nova commodity de relevância mundial, podendo o

Brasil ser um novo player mundial neste setor.

Não se pode ignorar que há no mundo um novo ciclo de desenvolvimento econômico, marcado por um grande encadeamento das cadeias globais que se retroalimentam, exigindo ganhos substanciais de produtividade.

O País deve inserir-se neste novo contexto, abrindo a sua economia e propiciando às empresas uma maior atuação internacional.

**Devemos apostar em nosso grande diferencial como: possuímos 12% da água doce do mundo, temos a maior floresta tropical e a maior biodiversidade planetária e mais de 45% da energia que consumimos é derivada de recursos naturais.**

Podemos ter papel relevante no mercado de carbono, algo hoje muito demandado pelos países mais desenvolvidos e por suas empresas.

A conservação do meio ambiente pode ser um grande ativo nosso. Isso implica valorizar e respeitar os recursos naturais, fazendo deles um instrumento de sustentabilidade econômica e de qualidade de vida, gerando confiança internacional. É necessário ter a clara visão de que a floresta em pé é importantíssima para todo o ecossistema, e que dela depende a abundância hídrica no País, fonte da riqueza maior do Brasil, que é o agronegócio.

Na Região Amazônica, em particular, novas formas de atividade econômica devem ser incentivadas, voltadas para a preservação ambiental.

Nesta perspectiva, a matriz energética do País deve ser aprimorada e diversificada, primando por escolhas de menor impacto ambiental, com fortalecimento econômico e modicidade tarifária.

Por conseguinte, nossas al-

ternativas econômicas precisam ser diversificadas, pautadas por evidências científicas, inovação e pesquisa aplicada. Instituições científicas independentes, dados confiáveis e transparentes são condições mesmas de políticas públicas modernas, onde não haja nenhum tipo de interferência política.

A ciência e a tecnologia não se coadunam com a política e a ideologia que devem ficar fora de seu âmbito.

O setor agrícola e o industrial podem ser fortemente beneficiados por tal aporte de conhecimento e de técnica, conferindo sustentabilidade a todo este processo. Educação básica de qualidade, assim como escolas técnicas de ensino médio são alicerces da nova economia, que requer grau elevado de conhecimento e manejo de tecnologia digital, sem os quais nenhum desenvolvimento econômico é hoje possível.

Ou o País se coloca na vanguarda ou ficará atrasado e refém dos que sabem apostar na ciência, na tecnologia, em suma, no conhecimento.

## **Desenvolvimento social**

As novas dinâmicas sociais do século 21, marcadas por constantes transformações, alteraram completamente o modo de as pessoas viver, conviver, produzir e consumir. O mercado de trabalho apresenta novas exigências de competências e habilidades. Entrementes, cresce no Brasil o contingente formado por informais, desempregados e desalentados que somente será reduzido por políticas públicas que gerem uma profunda inserção social.

Mais uma vez, retornamos à questão da importância da Educação. A dinâmica do mercado de trabalho está intimamente ligada ao desenvolvimento e à qualidade educacional. O compromisso com um grande avanço nessa área precisa ser uma das grandes lutas do MDB. Modernização, investimento, gestão conectada com a qualidade e indicadores de resultados escolares são elementos que poderão revolucionar a educação no Brasil.



Igualdade de oportunidades é, sobretudo, educação de qualidade para todos.

Pesquisas apontam que cada ano de estudo impacta em 15,6% a mais no salário médio das pessoas. Contudo, antes da pandemia, o Brasil chegou à terceira década do século 21 amargando péssimos indicadores educacionais.

O cenário é ainda mais constrangedor quando apresentamos resultados inferiores aos de países com economias mais frágeis do que a brasileira, o que é recorrente.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, por exemplo, ingressamos o ano de 2020 com média de nota 5,7 nos anos iniciais e de 4,6 nos anos finais do ensino fundamental.

No ensino médio da educação pública, a média não ultrapassa o índice de 3,9. São retratos da falta de proficiência em disciplinas básicas para o desenvolvimento da cidadania e para o acesso a bens culturais e materiais por meio da ascensão social.

**Fazer do conhecimento uma prioridade nacional é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Ressaltemos aqui o termo conhecimento, porque a Educação precisa ser de qualidade, capaz de melhorar efetivamente a vida do cidadão, e deve vir acompanhada de acesso pleno aos meios digitais.**

Para isso, é essencial que as ações tomadas na busca pela igualdade de oportunidades não sejam consideradas como um gasto público, mas como um importante investimento. Em suma, para que possamos nos

desenvolver, o Estado precisa dar atenção, em primeiro lugar, aos que mais necessitam.

Para ilustrar o que isso representa, deve-se afirmar que não basta garantir aos cidadãos com maior vulnerabilidade social apenas acesso à internet e aos meios digitais. A eles deve ser oferecida a melhor qualidade e o melhor acesso possíveis. É dessa forma que se viabiliza realmente um impacto positivo na sociedade por meio da Educação, capaz de libertá-los da exclusão e da invisibilidade a que foram submetidos durante décadas.

Já os programas de investimentos de infraestrutura nas escolas de todo o País devem ser alicerçados em conectividade, com equipamentos tecnológicos, lousas digitais e instalação de laboratórios de ciências e robótica voltados a metodologias ativas de aprendizagem. Nesse contexto, o acesso à internet de qualidade torna-se elemento intrínseco à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, de forma universalizada. Constrói-

-se, desse modo, uma política pública com a capacidade de, a longo prazo, tornar os cidadãos independentes da necessidade de recebimento de benefícios mensais continuados.

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, de grande sucesso, são mecanismos necessários, mas de efeito paliativo. Precisamos de políticas públicas sociais que permitam que seus beneficiários tenham a capacidade de atingir a autonomia financeira, através da condição de conquistar vagas de emprego no novo mercado de trabalho, por meio de uma inclusão produtiva.

A concessão de benefícios sociais em forma de renda direta aos vulneráveis deve ser ofertada por meio de um programa unificado. Deveria ter como contrapartida vinculada à permanência das crianças na escola, com metas de longo prazo e com canais de comunicação diretos, por intermédio de ferramentas digitais ou de agentes sociais, que mantenham dados e diagnósticos atualizados,

com a finalidade de pautar os serviços sociais e o atendimento prioritário e tempestivo.

Devemos garantir que ninguém no Brasil tenha de sobreviver com menos de 1/12 da renda média per capita no País. Todavia, essa garantia deve estar atrelada ao acesso ao conhecimento, à Educação, à formação, à inclusão digital, capazes de reduzir a desigualdade social em uma dinâmica de longo prazo, criando um círculo virtuoso que movimente toda a economia.

O sistema de cotas visa a garantir que, em um futuro imediato, rompa-se o circuito fechado da desigualdade e haja oportunidades justas para todos. As ações desenvolvimentistas e inclusivas necessitam conectar desenvolvimento social e econômico com políticas transversais, com cadastramento de beneficiários que não deve ser realizado apenas por declaração, mas também com visitas domiciliares de agentes sociais, que podem, inclusive, ampliar o benefício aos que

mais precisam. É a política social promovendo o desenvolvimento das localidades e transformando a realidade econômica local.

## **O trabalho e o desenvolvimento social**

O Brasil vive, hoje, o aumento do pior indicador social, que é a fome. É inadmissível a banalização do aprofundamento de uma crise humanitária dessa magnitude.

O artigo 6º da Constituição Federal garante a alimentação como direito social, o que significa que esse deve ser uma verdadeira obstinação do Estado, inclusive, se necessário, com a universalização do acesso a itens da cesta básica.

O atual modelo de atendimento por meio do Bolsa Família empurra as pessoas para a informalidade, já que, muitas vezes, precisam optar por um emprego formal sem garantia de continuidade ou pelo direito de serem beneficiárias de um

programa social.

Os programas devem ser progressivos, possibilitando o recebimento concomitante, reduzindo-o gradualmente, assim que o trabalhador consolide sua posição no mercado.

De igual forma, deve haver políticas de subsídios ao salário dos trabalhadores, reduzindo a volatilidade e promovendo a autonomia e o protagonismo dos cidadãos.

Os benefícios sociais como abono salarial, o seguro-desemprego, o FGTS e o Salário Família, que protegem o trabalhador contra flutuações no mercado de trabalho, deveriam de alguma forma estar vinculados às ações de desenvolvimento social.

O Estado precisa agir de modo transversal e não segmentado, pois o século 21 nos impõe uma nova realidade, na qual os benefícios sociais, trabalho, previdência e seguridade social precisam estar contextualizados com as novas dinâmicas das relações laborais e socioeconômicas.

## **Prevenção e combate à violência**

Historicamente, o Brasil apresenta uma das mais altas taxas de homicídios internacionais, além de indicadores elevados em outros crimes violentos.

Uma das maiores dificuldades no que tange às políticas públicas de enfrentamento dessa mazela tem sido a mera tentativa de conter suas consequências, em vez de secar-lhe a fonte. Contudo, a violência só diminuirá de forma significativa com pesados investimentos em educação. Evidentemente, a valorização dos profissionais de segurança pública e o policiamento ostensivo merecem atenção do Estado, mas compõem apenas uma parte de um amplo conjunto de políticas integradas de segurança cidadã.

Devem ser consideradas também, e de maneira prioritária, a prevenção e a ressocialização enquanto formas de promover a redução da violência. Isso pode ser concretizado por meio de

atividades esportivas, culturais e educativas, sobretudo voltadas para as populações em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, já que os índices de violência estão ligados aos patamares de desigualdade social, sobretudo nos grandes centros urbanos. Entretanto, não se pode partir do pressuposto de que todos os criminosos possam ser ressocializados, pois há alguns, incorrigíveis, que, soltos, só voltarão a cometer as mesmas barbaridades.

Socializam-se os ressocializáveis, mantêm-se presos os que têm propensão à crueldade e à brutalidade.

Não convém tampouco desatentar para que a igualdade perante a lei seja válida para todos: pobres e ricos, brancos, mestiços, indígenas e negros, homens e mulheres, todos os gêneros, jovens e velhos. E não como atualmente ocorre em que os mais abastados, capazes de pagar caros advogados, sempre se safarão da prisão, enquanto pessoas pobres serão

relegadas à prisão, inclusive sem julgamento. Não é admissível que tal grau de desigualdade social se faça presente em uma sociedade que, em sua Constituição, preza a igualdade e a justiça.

A legislação penal deve ser aprimorada e aperfeiçoada à luz de tais considerações.

É fundamental igualmente a integração entre os Poderes, com definições claras acerca das atribuições de cada ente, e a priorização da recuperação dos espaços nos grandes centros urbanos, como passeios públicos e transporte coletivo, no intuito de gerar uma sensação de pertencimento à sociedade com relação ao lugar em que vivem e aos espaços compartilhados pela coletividade. Nesse sentido, é fundamental que sejam adotadas medidas destinadas à capacitação continuada de educadores responsáveis por projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes, além da adoção de metodologias integradas e contextualizadas com os problemas de cada região.

## **Modernização da gestão pública**

Um dos pontos que precisa avançar com maior urgência no Brasil é o da modernização da Gestão Pública, que possui uma organização estrutural pesada e com práticas oriundas do século passado, as quais, frequentemente, não se refletem na execução de serviços de qualidade. Os programas que precisam ser implementados nas diversas áreas do Setor Público dependem de uma correta execução para gerar impacto positivo na vida de quem mais necessita. Por isso, é preciso adotar procedimentos que aumentem a eficiência e a eficácia da gestão, gerando estímulo aos servidores e valorizando as boas práticas. A qualidade e o mérito devem ser o seu eixo básico. A melhoria da qualidade de vida no País depende da correta aplicação dos recursos públicos e de foco no resultado, o que pode ser alcançado com ações como o aprimoramento da comunicação entre o Setor Público e a socie-

dade e a proximidade da Gestão com as demandas do cidadão, reduzindo a burocracia e agilizando o atendimento.

A transparência deve ser o seu norte. É necessária a introdução de mecanismos modernos de gestão de pessoas, com a finalidade de avaliar e aprimorar a produtividade do Setor Público e seus órgãos. É urgente a criação de um banco de boas práticas para que as experiências bem-sucedidas na gestão pública brasileira possam ser replicadas e servir de base a gestores de diferentes esferas, em um processo de benchmarking.

**O Brasil carece de uma ampla reforma administrativa, que estabeleça critérios de avaliação de desempenho justos e que incentivem o aumento da eficiência e a modernização dos serviços oferecidos para a população.**

A sociedade atual é marcada pelo feedback constante dos usuários de serviços privados, e o mesmo sistema pode ser transposto e adequado para o Setor Público, graças à implementação da prática de avaliação permanente dos serviços públicos por parte dos cidadãos. Em certo sentido, pode-se dizer que a sociedade brasileira modernizou-se, enquanto o Estado anda a passos lentos.

Outras ações fundamentais são a desburocratização dos serviços públicos e a utilização de softwares mais modernos de gestão e acompanhamento de processos e projetos.

No interior do País, ampliar o acesso à internet é uma necessidade maior em órgãos públicos, que devem estar conectados para entregarem melhores resultados.

Um Estado avançado, conforme assinalado, deve realizar parcerias público-privadas para oferecer serviços de qualidade aos cidadãos,

aprimorar a transparência das finanças públicas, apresentando dados como arrecadação e gastos públicos de modo mais didático e acessível aos cidadãos. Trata-se de um direito dos brasileiros. Essa é uma forma de ampliar a participação direta da população.

Além disso, mecanismos de compliance, modernização e qualidade da gestão pública são uma exigência deste século.

Não podemos manter no Estado brasileiro padrões antiquados, principalmente no que se refere à gestão de pessoas, mérito e controle social.

## **Pandemia e democracia**

Embora guerras, catástrofes e epidemias tendam a ser esquecidas a médio e longo prazo, em um esforço psicológico de volta a uma “normalidade” anterior perdida, a dureza e a profundidade do ocorrido reconfiguram as relações humanas, os respectivos papéis do Estado e da sociedade,

assim como o significado das fronteiras nacionais em um mundo globalizado.

Questões relativas à própria condição humana ganham relevância neste contexto, como as do medo da morte e da doença, além das mais propriamente políticas como as da democracia e do autoritarismo, do nacionalismo e do mundo globalizado, do equilíbrio fiscal e da intervenção estatal, da cadeia produtiva nacional de saúde e da política externa.

A finitude da condição humana, enquanto questão, surge abruptamente com a irrupção do coronavírus, atingindo o corpo mesmo das pessoas e confrontando-as à ameaça da morte súbita, imprevista. Elas são extraídas do seu cotidiano, passam a viver uma reclusão forçada e são levadas, queiram ou não, à introspecção.

Algumas se voltam à solidariedade, ao fortalecimento da família, outras se sentem desorientadas ou, mesmo, abandonadas. Entre elas,

surgem diferentes demandas, como a ajuda familiar, o apoio dos amigos, até as mais propriamente “políticas”, decorrentes de pedidos de uma maior intervenção estatal.

O medo da morte pode também se traduzir por demandas e medidas de maior autoridade. Não convém, no entanto, confundir autoridade e autoritarismo.

Tentações autoritárias já vêm se gestando há muito no Brasil e no mundo, ganhando maior atualidade neste fenômeno inaudito da pandemia.

Governantes astutos podem se aproveitar dela para reforçar soluções autoritárias. Partidos de oposição, no outro extremo, podem igualmente dela se beneficiar para outras soluções autoritárias, embora se apresentem com roupagens democráticas.

A democracia aparentemente guarda o seu valor, quando, na verdade, está sendo subvertida.

O alvo perseguido tanto pela extrema-direita quanto

por determinadas correntes da esquerda é o mesmo: a democracia representativa.

**A democracia representativa, note-se, caracteriza-se pelo respeito às leis, à Constituição, sendo o processo eleitoral um de seus pilares. Isso não significa, porém, que um eleito, qualquer que tenha sido o seu apoio, possa subverter o ordenamento constitucional, que se situa para além de cada Poder constituído ou de cada eleito.**

Os eleitos são representantes do povo, não podendo, sob nenhuma circunstância, encarná-lo. Discursos dos que se dizem identificar com o povo

são aqueles que abrem caminho para soluções autoritárias. Têm eles a delegação popular por um tempo determinado, devendo seguir à risca o que a Constituição determina, ela sim o Poder maior.

O MDB vê com extrema preocupação esse cenário, comprometido, como sempre esteve, com os valores da liberdade e da igualdade social e de oportunidades. Nunca advogou por soluções autoritárias, jamais arredando de sua intransigente defesa da democracia. A democracia, por assim dizer, faz parte do seu DNA. A figura de Ulysses Guimarães permanece sendo o seu maior símbolo, pessoa ímpar na transição do regime ditatorial para o democrático. Desde então, foi fiador de todo esse processo, seja diretamente através de presidentes emedebistas, seja apoiando presidentes de outros partidos, ciente de que a democracia é uma flor frágil, que, se não for irrigada e cultivada, pode morrer. Em todas estas décadas, jamais o partido faltou em sua missão republicana na defesa das instituições.

Os extremos representam um perigo real para a democracia, perigo esse que está cada vez mais presente.

Extrema-direita e setores da esquerda defendem, claramente, ideias antidemocráticas, entre as quais gostaríamos de ressaltar algumas, importantes no presente cenário:

**a)** a concepção da política baseada na distinção amigo/inimigo, como se o adversário devesse ser um outro a ser aniquilado. Todo crítico e adversário é considerado enquanto “inimigo”, para alguns os “políticos”, o “sistema”, a “extrema imprensa”; para outros, “os conservadores”, os “reacionários”, “os representantes do capital”;

**b)** uma teoria conspiratória do mundo, como se os atores políticos fossem marionetes de forças ocultas que tudo manipulam. Para alguns, “os comunistas”, a “China”, a “esquerda internacional”; para outros, o “imperialismo”, o “capitalismo” e a “direita internacional”;

**c)** um desprezo pelas institui-

ções democráticas, como se essas fossem meros instrumentos de conquista do Poder que, uma vez realizada, seriam o trampolim para a destruição destas mesmas instituições. Ambos advogam por uma suposta força abstrata do “povo”, conceito manipulado com propósitos próprios, como se a Constituição fosse um obstáculo para os seus objetivos;

**d)** um mesmo menosprezo pela imprensa e por meios de comunicação independentes, centrais para a democracia, mediante, em um caso, uso intensivo de fake news através de milícias digitais e robôs, em outro, mediante tentativas de controle;

**e)** o plano de manter a sociedade em constante confronto, como se devesse sempre estar polarizada, evitando qualquer tentativa de uma solução de centro e, principalmente, de estabilidade das instituições;

**f)** chama particularmente atenção, no caso em especial da extrema-direita hoje, uma desconsideração pela ciência, como se o conhecimento devesse

ser abandonado em proveito de opiniões arbitrárias e infundadas.

Diante deste quadro, o MDB defende as seguintes ideias:

**a)** a política democrática não é o lugar de oposições excludentes entre amigos e inimigos, mas o palco de diálogo e parcerias. Adversários, por mais que apresentem divergências, compartilham princípios comuns, como os da defesa da democracia representativa, da liberdade e da igualdade;

**b)** a política é o lugar de confronto entre atores responsáveis por suas ações, não atribuindo essa “responsabilidade” a um suposto complô internacional. Os problemas sociais, econômicos e políticos são gestados e podem ser solucionados nos marcos mesmos da nação e na observação do que ocorre no mundo, em nome da defesa da soberania nacional;

**c)** o profundo respeito pelas instituições republicanas, cuja preservação é um princípio inabalável. O partido não se curva nem nunca se curvou a “atalhos” que procurem, pelo voto, substituições à Constituição por eleições plebiscitárias;

**d)** instituições estáveis são uma condição mesma da democracia, devendo ser conservadas e não usurpadas, como se tivessem de estar submetidas a questionamentos incessantes, abalando os seus fundamentos. Princípios democráticos são inquestionáveis, sendo os pilares de nossa própria Constituição, elaborada e aprovada com o apoio incondicional do MDB;

**e)** profundo respeito pela irrestrita liberdade de pensamento, de circulação de ideias, contra a censura, seja via uso de verbas públicas, seja via proibição expressa, seja ainda pelo uso de fake news que, como praga, se propagam pelas redes sociais;

**f)** defesa intransigente do conhecimento científico, base segura não apenas da luta contra o coronavírus, mas por ser um pilar civilizatório, aquilo que a humanidade até hoje produziu de melhor. Acrescente-se, ainda, que não há ciência se não houver uma ilimitada liberdade de pensamento, que permita verificar hipóteses e possibilite um amplo confronto de teorias.

Não é o lugar da ignorância, nem de soluções mágicas.

## **Intervenção estatal**

Há uma demanda crescente por mais Estado, seja para prestar ajuda aos mais necessitados, seja para apoiar empresas mediante redução tributária ou subsídios, seja ainda sob a forma de amparo coletivo. As pessoas tendem a pedir mais proteção. Estamos observando que é exigido do Estado que seja, cada vez mais, não apenas um provedor coletivo, mas um cuidador-geral. Funcionaria ele à maneira de uma “economia de guerra”, tomando decisões que dizem respeito ao bem-estar geral, tendo ou não competência para tal. Em todo caso, ele é colocado nesta posição por famílias e pela sociedade em geral.

O exemplo mais evidente é o do provisionamento de equipamentos hospitalares, utensílios médicos e de produção e distribuição de vacinas, para não falar de alimentos para os que não possuem recursos

suficientes para adquiri-los. O partido compartilha destas preocupações, pois sempre fez parte do seu ideário a defesa dos mais carentes, sobretudo em um país como o Brasil, imerso em graves desigualdades sociais.

No entanto, maior defesa da igualdade social não significa abandono da disciplina fiscal, quando mais não seja pelo fato de que suas primeiras vítimas são precisamente os mais necessitados, os mais carentes, enquanto os mais favorecidos são os estamentos estatais e as grandes corporações públicas e privadas.

**Não há sociedade desenvolvida que não se apoie na disciplina fiscal, condição mesma do crescimento econômico e do desenvolvimento social, com mais renda e salários para todos.**

Não podemos tudo deixar nem a cargo do Estado, nem do mercado. Ambos têm virtudes

e defeitos que devem ser bem dosados e, principalmente, equilibrados em proveito de toda a coletividade. Torna-se fundamental abandonar os extremos, pois posições parciais têm consequências que são prejudiciais a todos.

A pandemia exige gastos públicos emergenciais, capazes de fazer frente a problemas graves de saúde, assim como econômicos e sociais. Cabe ao Estado fazer o diagnóstico do que é necessário e agir de acordo com estas orientações. Evidentemente, o gasto rompe com o equilíbrio fiscal, porém esse rompimento deve ser visto com bons olhos, sendo uma maneira de enfrentar um bem maior, o da saúde e suas decorrências. Contudo, há uma questão importante aqui presente, a da distinção entre um gasto emergencial e a responsabilidade fiscal. Ou seja, gastos emergenciais, passageiros, devem ser encarados pelo que são, a saber, provisórios e válidos somente

para um período determinado de tempo. Se o emergencial se torna duradouro, a responsabilidade fiscal é abandonada e o País rumo para uma crise ainda mais severa no futuro. Seriam os privilegiados de sempre que colheriam os seus frutos e não a imensa maioria da população brasileira.

Por exemplo, o Estado está falido e surgem demandas de aumento de salários do funcionalismo, nas esferas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, em níveis federal, estadual e municipal, como se tudo estivesse “normal”. Eis um dos riscos.

## **A cadeia produtiva da saúde**

Entre as medidas que poderiam ser consideradas prioritárias em investimentos, e de amplo retorno social, são aquelas capazes de enfrentar os graves problemas de saneamento básico no mundo rural e urbano. Esgotos a céu aberto são uma triste realidade. A pandemia veio, ainda mais, a ressaltar

as imensas dificuldades vividas pela população de baixa renda.

Nem condições de comprarem máscaras e álcool em gel têm, enquanto convivem com o mau cheiro e várias formas de doenças, que potencializam a disseminação do coronavírus. Investimentos nesta área, em parceria com a iniciativa privada, sob condições regulatórias que favoreçam a atuação empresarial, são tanto de retorno econômico quanto social. Poderíamos mesmo dizer que a dignidade destas pessoas seria resgatada.

O Brasil melhor se capacitaria para o enfrentamento de futuras epidemias. Ressalte-se, ainda, que o enfrentamento destas questões possui um enorme impacto industrial, disseminando-se por todo o País, em zonas urbanas e rurais.

O enorme desafio do Brasil tornou-se, agora, a formação de uma grande cadeia produtiva da saúde enquanto estratégia de defesa nacional.

Um dos maiores ensinamentos

da pandemia reside em que o Brasil não pode ficar dependente ou refém de outros países, pois o que está em pauta é a vida de seus cidadãos. Embora o País tenha um sistema de saúde público bem constituído, apesar de seus problemas de eficiência e produtividade, ele se viu completamente desguarnecido, dado o tamanho da crise.

A carência de leitos de tratamento intensivo, a falta de ventiladores respiratórios e equipamentos correlatos, a ausência flagrante de instrumentos de testagem, laboratórios de exame destes testes, além do financiamento claramente insuficiente de centros de pesquisa, públicos ou privados, nas áreas de pesquisa de vacinas e medicamentos.

A capacidade científica e industrial do País exibiu todas suas carências, apesar do trabalho meritório feito por médico(a)s, enfermeiro(a)s, agentes de saúde e limpeza, hospitais públicos e privados, empresas e doações particulares importantes.

## **Urge que o Brasil construa uma cadeia produtiva nacional na área de saúde, afirmando a sua própria independência.**

O MDB, fiel à sua história e a seus princípios, pensa ser tarefa do Estado contribuir financeira e regulatoriamente para que ela se constitua, em parceria com o setor privado, de modo que a instância estatal aja em sintonia e parceria com o mercado.

Não se apregoa aqui nenhuma política supostamente “desenvolvimentista” que tantos danos causou ao País, mas a defesa da soberania nacional, voltada para o bem-estar e a saúde dos brasileiros. Constata-se, isto sim, uma questão maior, a de o País poder controlar uma cadeia produtiva da maior relevância para a saúde nacional, um bem maior que deve ser defendido e preservado de todas as maneiras. A nação afirma-se maior do que a globalização.

Note-se que a construção de tal cadeia produtiva no Brasil será uma tendência a ser seguida, com maior ou menor força, em outros países, na medida em que tal diagnóstico se fizer igualmente por outros Estados, o que será muito provavelmente o caso. Quem não enveredar por esse caminho será um Estado-saúde-dependente, em que a morte súbita dos cidadãos estará ainda mais à espreita. Até agora, ninguém consideraria ventiladores mecânicos, camas de hospitais, máscaras e outros equipamentos e utensílios médicos e hospitalares como essenciais. Bastaria ir ao mercado e comprá-los, uma boa parte deles sendo importada. Doravante, com a carência destes materiais, o que aparecia como secundário tornou-se principal e, mesmo, vital, vindo a ser uma questão de vida e morte. E vacinas são o bem maior a ser perseguido! É imperioso que o Brasil invista ainda mais em ciência e tecnologia. A área da saúde deveria ser, neste contexto, prioritária por intermédio do financiamento de pesquisas em

vacinas e medicamentos. O País deve contar apenas consigo mesmo. Já temos um marco institucional para isso via CNPq, FINEP e CAPES, o que requereria somente um redirecionamento e um aumento substancial de verbas, além das ações das agências estaduais de fomento. Contamostambémcomhospitais, institutos públicos de pesquisa e universidades públicas e privadas que poderiam ser incentivadas a aderir a um projeto nacional deste tipo. O papel central cabe aqui ao Estado.

O País possui um importante parque industrial na área de produção de medicamentos, porém substancialmente voltado para a produção de genéricos e similares, não contando com um relevante setor na área de pesquisa. Seria crucial que as indústrias investissem mais em pesquisa, associando-se aos institutos existentes ou criando laboratórios próprios voltados para esse tipo de pesquisa de ponta. O desafio apresentado pelo coronavírus é somente um entre outros que certamente virão, exigindo capacidade de

inovação e criação.

Um marco jurídico sólido deveria ser construído de modo que as empresas se sintam seguras em seus investimentos e em suas parcerias com os institutos de pesquisa e universidades. Da mesma maneira, a indústria hospitalar nacional deve ser incentivada, de modo que os hospitais do País tenham condições de atender adequadamente pessoas vítimas de doenças e epidemias, sem que fiquem desguarnecidos como agora ocorreu. Parcerias público-privadas são aqui essenciais.

O Brasil mostrou, na crise, ter um bom sistema hospitalar privado, público e filantrópico. O primeiro expôs a sua alta capacitação médica e técnica, inclusive científica; o segundo trabalhou com afinco no limite de suas possibilidades, expondo a sua qualificação, e o terceiro foi, proporcionalmente, pouco requisitado.

A crise mostra a necessidade de se repensar uma maior interação entre esses três componentes do sistema hospitalar, incrementando a sua sinergia e



produtividade. Por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia poderiam ter um aumento de receitas por intermédio de um reajuste das tarifas do SUS, atualmente defasadas, de modo que não operem no prejuízo, aumentando, assim, o seu atendimento. Ou ainda, todo o sistema hospitalar poderia ser incentivado a fazer pesquisa, sempre e quando, evidentemente, o único critério de alocação de verbas seja o mérito e não uma politicagem qualquer.

Um bom termômetro dos países que emergirão com mais força e, sobretudo, potencialidade reside nos que apresentarem maiores avanços na produção de vacinas e remédios contra o coronavírus. Demonstrarão capacidade científica e tecnológica, ativo central no mundo atual. Serão esses países que mais poderão ajudar os demais com produtos qualificados e de valores acessíveis, aumentando, assim, a sua capacidade de inserção internacional. Será um instrumento importante nas

relações externas, atingindo todas as nações e bilhões de pessoas. Destacam-se aqui: EUA, China, Alemanha, França, Rússia, Israel e Grã-Bretanha. O Brasil deveria entrar nesta lista de países por sua capacitação e potência criativa. O futuro entrelaça-se com o presente e esse exige decisões a serem tomadas em períodos críticos.

## **Agricultura e pecuária**

Um dos setores econômicos de ponta do País é o do agronegócio, mostrando competência empresarial, científica e tecnológica. A agricultura tornou-se um setor avançado da economia nacional, preservando o meio ambiente.

**Estamos nos encaminhando para ser o primeiro produtor internacional de alimentos, nossa posição já estando entre as primeiras.**

Os avanços foram indiscutíveis. Pensa-se sempre em safras maiores que se traduzem na realidade dos fatos. Há enormes ganhos de produtividade em uma mesma área cultivada. Do ponto de vista internacional, o País deverá incrementar sua inteligência internacional, assim como suas relações diplomáticas sem viés ideológico, sobretudo porque vários países serão tentados por uma volta a uma política de autoabastecimento, como se fosse vital para o País, apesar de custos enormes, para proteger uma agricultura e pecuária fortemente subsidiadas. O Brasil terá, ainda mais, de lutar contra o protecionismo de outros países, que não hesitarão em levantar bandeiras ambientalistas. A nossa legislação ambiental, reservando mais de 80% das propriedades à conservação ambiental na Amazônia, mediante o instrumento da reserva legal, é simplesmente omitida. É uma das mais progressistas legislações do mundo, não imitada pela Europa e pelos Estados Unidos, cujas OGNs e governos são

fortemente críticos em relação a nós. Já começamos a observar o fortalecimento do protecionismo contra o Brasil, apoiado por produtores e empresas locais, que não hesitam em utilizar as bandeiras ambientalistas, passando a exigir ainda mais medidas “protecionistas” e, agora, certificados sanitários e de saúde, estilo pandemia. São restrições a pessoas, empresas e trabalhadores, às quais se acrescentam as referentes aos animais e aos produtos agrícolas e pecuários. Estamos, na verdade, presenciando a volta do nacionalismo sob uma roupagem ambientalista, de saúde e sanitária em geral. O Brasil deverá ficar atento a essa nova dimensão da questão. Isto significa a adoção de medidas que fortaleçam nossas formas próprias de defesa, em antecipação ao que está por vir.

Torna-se, portanto, urgente que os maiores problemas da agricultura e da pecuária sejam enfrentados e esses dizem respeito ao que, em linguagem rural, se denomina de “fora das fronteiras”.

Dentro, os produtores, os empreendedores e as empresas já deram provas de poderem enfrentá-los sozinhos. O mesmo não vale para o que está a cargo do setor público, cujas carências são manifestas. Os custos externos à produção propriamente dita afetam a capacidade brasileira de exportação e encarecem os produtos domesticamente. Há um problema de produtividade que se situa na logística, em muitos sentidos, ainda precária do País. É quase um milagre que o Brasil tenha conseguido uma posição de destaque no comércio mundial nestas condições.

Entre os principais gargalos do setor, ressaltam-se:

**a) ferrovias:** investimentos públicos e privados para aumentar a capacidade da malha ferroviária, assim como a recuperação de trechos ociosos;

**b) rodovias:** investimentos públicos e privados nas rotas de escoamento, bem como a manutenção do princípio de livre mercado no Transporte Rodoviário de Cargas;

**c) hidrovias:** investimentos contínuos em dragagem, derrocamento e sinalização para manutenção adequada dos canais de navegação;

**d) agilidade no processo de licitação** de terminais públicos (arrendamentos) e privados (autorizações). Note-se que estas questões de logística são altamente mobilizadoras do ponto de vista industrial e de criação de empregos. “Dentro da porteira”, pode ainda o Estado dar uma importante contribuição mediante maior investimento público em ciência e tecnologia, de forte impacto na produtividade agrícola e pecuária.

Trata-se, de um lado, de uma maior alocação de recursos e, de outro lado, de uma definição de prioridades, de forma que essas sejam definidas em uma cooperação entre o setor público e o privado. Isto porque não basta que pesquisadores definam individualmente as suas prioridades de pesquisa sem levar em conta as necessidades e as carências do mundo rural.

Deve-se evitar um descasamento, como tem acontecido, entre a pesquisa e a tecnologia aplicada nos empreendimentos agrícolas e pecuários. Assinale-se, igualmente, a importância da assistência técnica para agricultores familiares, pequenos e médios, tarefa que tem sido melhor realizada por intermédio do sistema Senar/CNA, em contato direto com as necessidades do setor. Trata-se, mesmo, em alguns casos, da criação de uma classe média rural, que teria um enorme impacto social, sobretudo em regiões carentes.

Ao aumentarmos a nossa capacitação científica e tecnológica, o País terá melhores condições de enfrentar os problemas que se avizinham. Observe-se que uma maior produtividade do agronegócio, em decorrência da ciência e tecnologia, se traduz por um maquinário moderno e de utilização coletiva, de grande impacto industrial e nas áreas do comércio e serviços.

**Ressalte-se ainda a importância da agricultura familiar, fonte de renda e emprego, em boa parte do País, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Baseada na propriedade privada e voltada para o mercado, ela permite que pequenos agricultores garantam a sua sobrevivência e ofertem produtos excedentes.**

Tanto ela deve ser fortalecida por programas específicos, à maneira dos já existentes, quanto deve ser igualmente apoiada em sua integração ao agronegócio no “Sistema integrado de produção”, operante, principalmente, nas indústrias do tabaco, suínos e aves.

As cooperativas, outra forma bem-sucedida de produção agrícola, empreendendo com seu próprio Sistema S, mostram a sua vitalidade, contribuindo para o aumento da produção nacional ao integrar pequenos e médios agricultores em unidades maiores de gestão, produção e comércio.

A pandemia terminou potencializando o comércio mundial de alimentos, com grandes países, como a China, aumentando a sua demanda, elevando os preços internacionais, com repercussões domésticas.

Os seus fluxos comerciais estão apresentando forte impulso. Ora, sendo o Brasil um dos maiores players internacionais neste setor, as pressões se

farão inevitavelmente sentir, potencializadas mesmo pelo descaso governamental federal na área da saúde e por declarações despropositadas na área ambiental, particularmente sensível em questões comerciais. Isto exigirá, o que não tem sido o caso, muita clareza na definição dos objetivos estratégicos do País, sobretudo com vistas às nossas alianças no campo internacional.

## **Nação e globalização**

A pandemia se mostra global, a reação a ela se mostrou nacional. Mundo globalizado é o da pandemia, desconhecendo fronteiras, raças, gênero, faixa etária e renda, enquanto as suas políticas de combate se concentram nas fronteiras dos Estados nacionais.

Até aqui, a globalização se apresentava como o presente e o futuro, os Estados nacionais cada vez mais sendo relegados ao passado.

## **Ora, não há política pública coordenada de combate à pandemia em escala supranacional, poucos ou nenhum país ajudando-se uns aos outros.**

Vimos produtos de saúde e hospitalares serem desviados de um país para outro. Os Estados menos preparados e com menor presença internacional são desfavorecidos, aumentando a desigualdade social em escala global.

O máximo que se tem em nível internacional de cooperação são as recomendações da OMS. No futuro, muito provavelmente, veremos no mundo pós-pandemia um fortalecimento dos Estados nacionais e um enfraquecimento da globalização. Não se deve, porém, confundir a reafirmação da nação com a volta a nenhum nacionalismo retrógrado ou xenófobo, como os que vigoraram na Europa na primeira metade do século 20.

No nível geopolítico, cada Estado atua segundo os seus interesses e conveniências, sem nenhuma noção de solidariedade. Pior, a procura por equipamentos hospitalares, remédios, utensílios de saúde e, principalmente, vacinas tornou-se uma guerra de todos contra todos. Regras de convivência e contratos foram e são desrespeitados.

Os países mais desenvolvidos, inclusive, empregaram os seus Serviços de Inteligência e Espionagem para a obtenção de equipamentos, insumos e utensílios, se necessário for, enganando e ludibriando os outros.

Não há aliados, tão só concorrentes em buscas desenfreadas de alcance dos seus próprios objetivos. Os EUA concentraram-se em si mesmos, agindo da maneira anteriormente descrita, não exercendo o seu papel de potência mundial. Não há espaço vazio nas relações internacionais. A China está, agora, ocupando esse espaço, tendo sido capaz de exportar

equipamentos, vacinas e utensílios médico-hospitalares para muitos países. Logo, o foco geopolítico também está mudando mais rapidamente na cena internacional. O Brasil deve seguir atentamente esse processo que se desenvolve em escala mundial.

Neste sentido, os EUA poderão sair diplomaticamente fragilizados no período pós-pandemia. Isto porque esse país voltou-se para seus próprios problemas internos de enfrentamento da epidemia, deixando de olhar para as outras nações. Comportamento completamente inadequado para uma superpotência mundial.

Destaque-se, inclusive, que:

**a)** teve de recorrer à China para suplementos hospitalares e insumos, enviando, inclusive, 23

enormes aviões de carga para esse país, passando para trás outros países, entre eles o Brasil, que teve suas compras de saúde prejudicadas;

**b)** os EUA tiveram de recorrer a seu grande rival internacional para se abastecerem internamente em itens de saúde essenciais para a sua população. Mostraram que não controlam sua cadeia produtiva nacional em produtos que são, hoje, considerados como essenciais.

**c)** eis um ensinamento crucial para o mundo pós-pandemia, devendo ser levado em consideração tanto do ponto de vista das relações internacionais quanto do planejamento interno.

**A 'normalidade' anterior não voltará.**

## Nota final

Exaustividade, nem detalhamento foram nossas preocupações. Tão só, um poderoso comprometimento com o País neste momento particularmente difícil de nossa história. Somos um partido inquieto, atuante e, principalmente, voltado para a dignidade da política. Política essa que se faz com a oferta de ideias, em um espírito de tolerância e abertura, produto atualmente raro em nosso cenário nacional. Nosso único objetivo, para além da discussão de nosso sofrido Brasil, consiste em provocar o debate para que os cidadãos e os partidos brasileiros possam vislumbrar um esforço conjunto. Só ele poderá mostrar o caminho a ser trilhado.





FUNDAÇÃO  
ULYSSES  
GUIMARÃES



#PONTODEEQUILÍBRIO